

RAQUEL NORONHA

DISCURSO DE PRESIDENTE:

A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DE LÍNGUA POLÍTICA IDEAL

Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mónica Graciela Zoppi-Fontana

Campinas

2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

N789d	Noronha, Raquel. Discurso de presidente: a construção de uma imagem de língua política ideal / Raquel Noronha Siqueira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008. Orientador : Mónica Graciela Zoppi Fontana. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Silva, Luis Inácio Lula da, 1945- - Discursos. 2. Cardoso, Fernando Henrique, 1931- - Discursos. 3. Análise do discurso. 4. Língua política. 5. Discursos políticos. I. Fontana, Mónica Graciela Zoppi. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
	oe/iel

Título em inglês: President's discourse: the construction of an image of ideal political language.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Silva, Luis Inácio Lula da, 1945- - Discourse. 2. Cardoso, Fernando Henrique, 1931- - Discourse; Discourse Analysis; Political language; political discourse.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana (orientadora), Prof. Dr. Carlos Félix Piovezani Filho e Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas.

Data da defesa: 17/12/2008.

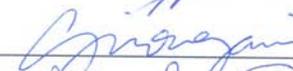
Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística.

BANCA EXAMINADORA:

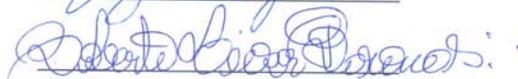
Mónica Graciela Zoppi Fontana



Carlos Félix Piovezani Filho



Roberto Leiser Baronas



Maria Alejandra Vitale

Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer

*Para o Fê, com saudades e com um pedido
de desculpas: sinto muito, não deu tempo!*

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa concedida.

À Prof.^a Dr.^a MÔNICA GRACIELA ZOPPI-FONTANA pela orientação e pela amizade.

Ao INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM no qual obtive minha formação tanto de linguista quanto de pesquisadora.

À Prof.^a Dr.^a ALEJANDRA VITALE e ao Prof. Dr. CARLOS PIOVEZANI pela leitura atenciosa e pelos comentários essenciais na banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Roberto Baronas e à Prof.^a Dr.^a Cláudia Pefeiffer por concordarem tão prontamente a fazerem parte da banca de defesa.

Ao LEANDRO DINIZ pela rica interlocução e pela leitura atenciosa que sempre fez dos meus trabalhos desde a época da graduação.

Ao CLÁUDIO PLATERO que sempre deu todo apoio técnico.

À BEATRIZ PINTO pela ajuda na construção do *corpus*.

À MINHA FAMÍLIA que sempre torceu por mim, em especial, à MINHA MÃE e meus irmãos, DEDÉ e DUDU.

À DAI e à FER que acompanharam as angústias da reta final.

À CAROL que me deu condições para seguir em frente.

Ao meu querido MARCUS, pelo afetuoso e imprescindível apoio durante todo esse percurso.

RESUMO

Filiando-nos à Análise do Discurso de perspectiva materialista, estudamos a construção discursiva de uma imagem de enunciação/língua política ideal para o lugar social de presidente. Com este propósito, analisamos os discursos presidenciais do período de 1995 a 2008, que compreende os anos dos governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do atual, Luiz Inácio Lula da Silva. Analisamos as configurações discursivas das enunciações destes presidentes, constatando a constituição de duas formações discursivas distintas que funcionam como matriz de sentidos do discurso Fernando Henrique, que chamamos DFH, e do discurso Lula, DL. Observando a construção de duas maneiras distintas de enunciar de um mesmo lugar, configurando diferentes *línguas políticas* (GUILHAUMOU, 1989). A partir das categorias apontadas por Guilhaumou, podemos dizer que a palavra do representante, no DFH, constitui-se a partir de processos metafóricos, de substituição da palavra dos representados; enquanto que no DL, por processos metonímicos, de continuação da língua do povo. A representação por metáfora política configura as posições de locutor e alocutário do discurso político através de categorias institucionais, assim, o representante funciona como líder, e os representados como cidadãos, eleitores. Já a representação por metonímia política, a legitimidade do representante é conferida através do grupo do qual se destaca para representar, e por isso pode, então, continuar a *língua do povo*. Analisando o DL, observamos que apesar de se configurar a partir de processos metonímicos, este discurso funciona não somente como continuação da língua do povo, mas no entremeio de duas enunciações/ línguas, uma técnica, administrativa e a do povo. Tendo estas análises, observamos o modo pelo qual a grande mídia, especificamente a revista Veja e o jornal Folha de São Paulo, coloca em circulação os discursos políticos presidenciais. Nosso intuito é observar a configuração de uma expectativa em relação à formação discursiva que *pode* interpretar adequadamente o lugar social de presidente. Nosso estudo indica que o modo pelo qual o DL enuncia produz um estranhamento por parte desta grande mídia que coloca em questionamento a legitimidade da língua política configurada neste discurso. A partir deste estranhamento podemos dizer que existe uma imagem de uma língua política ideal a partir da qual os sujeitos inscritos no lugar social de presidente poderiam/ teriam que falar. Isto é reforçado pela constante comparação entre o DFH e o DL, sempre em detrimento deste. A partir das análises que desenvolvemos ao longo deste trabalho podemos dizer que a grande mídia projeta a configuração discursiva do DFH como ideal, interpretando negativamente a configuração discursiva do DL como inadequada. Ao colocar em contraposição estes discursos, a grande mídia configura legitimidade ao discurso político que se constitua por processos metafóricos. Assim, concluímos que diferente dos revolucionários franceses que procuraram estabelecer uma equivalência entre a língua do povo e a língua política, o que confere legitimidade, na contemporaneidade, ao discurso político presidencial brasileiro é justamente a distância entre estas duas formas de enunciação.

Palavras-chave: Análise do Discurso – língua política – discurso político

ABSTRACT

Based on the Discourse Analysis from a materialistic perspective, we have studied the discursive construction of an image of an ideal political enunciation/ language to the social place of a President. With this purpose, we have studied the Presidents' discourses from 1995 to 2008, that is, the government of the president of Brazil, Luiz Inácio Lula da Silva, and the former president Fernando Henrique Cardoso. We have analyzed the discursive configurations of these Presidents in order to see the constitution of two distinct discursive formations. These formations work like sense matrix of what we have called Fernando Henrique's discourse (or DFH) and Lula's discourse (or DL). We have observed two different ways to enunciate from the president's place, what we can say, according to Guilhaumou, that configures different political languages. According to this author, we have analyzed the DFH in a metaphorical process, that is, the representer replace the represented ones. In this configuration, we say that the representer is projected as a leader. Following these arguments, we have analyzed the DL in a metonymical process, where the representer continues the people's language. This is possible once the representer is projected like part of the group from whom he is detached to represent. Observing that we have two different ways to enunciate from the same place, president's social place, we can say that we have different political languages working. After those analyzes, we have analyzed the media's discourse, as well, that is, the way the great media puts in circulation the president's discourses. We did so because the discourses are in the society mediated by the media. To do so, we analyze a week magazine, *Veja*, and a newspaper, *Folha de São Paulo*. By analyzing the way the media make the president's discourses in circulation we observe that the DL is projected like unappropriated. This works in order to show that there is an appropriated way to enunciate from the president's social place. By seeing the constant comparison between DFH and DL, we have seen that the appropriated way is by discourse formation of the DFH, that is, by configuring the representer and represented ones by constitutional categories, respectively as leader and citizens, electors. We have concluded that unlike the French revolutionizers who wanted to impute equivalence between political language and people's language, in the Brazilian contemporary political discourse the image of an appropriate enunciation is the dissociation between these two ways of enunciate.

Key-words: Discourse Analysis – political language – political discourse

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
Capítulo 1 – Percorso teórico: a Análise do Discurso	15
1. Um começo: a ciência da linguagem	19
2. Para uma análise do discurso político presidencial	22
3. Metodologia e análise	28
3.1. A construção do <i>corpus</i>	30
Capítulo 2 – O Discurso Político	32
1. O funcionamento do discurso político	40
Capítulo 3 – Discursos de presidente e Língua Política	49
1. Língua política	52
2. O lugar social de presidente: um lugar institucional	54
3. O lugar social de presidente: um lugar do povo	65
Capítulo 4 – A mídia e a circulação dos discursos presidenciais	74
1. A circulação do discurso político	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	91

APRESENTAÇÃO

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva é eleito presidente do Brasil. Após 8 anos de governo psdbista (PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira), com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), o Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao mais alto cargo de representação política do país. A alternância de poder de um para outro vai ter uma repercussão bastante abrangente, uma vez que ambos os partidos são considerados pólos políticos distintos. No entanto, não é só o fato de representarem esquerda ou direita que chama a atenção de todos (em especial a da mídia), mas também o fato de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva do PT, popularmente conhecido como Lula, é o primeiro presidente oriundo da classe trabalhadora¹ e com apenas o ensino fundamental completo, e não tem passagem nem pela Academia nem pelo serviço militar. Além disso, é o primeiro candidato de um partido de esquerda a vencer uma eleição para presidente no Brasil. Tudo isso faz com que essa alternância tenha repercussão em âmbito político, econômico, social, etc. e lingüístico. É sobre esta última que nos deteremos neste trabalho.

Nosso intuito é observar o modo pelo qual o falar dos presidentes passou a ser uma questão a partir da eleição de Lula. Com efeito, passou-se a discutir se a enunciação política de Lula era de fato adequada uma vez que ele falava do lugar de presidente, tendo, assim, que *falar como* presidente. Ora, essa discussão só cabe se existe um imaginário acerca do discurso político presidencial que produz uma expectativa em relação não só àquilo que um presidente pode dizer, mas também sobre **como** ele pode/ deve dizer. Tendo feito estas considerações podemos dizer que no presente trabalho vamos observar o impacto da transição de um governo para outro no que concerne ao funcionamento do discurso político presidencial e a constituição de uma imagem de enunciação política ideal.

Não pretendemos analisar a matriz sociológica das diferenças entre *a maneira*

¹ Não vamos trabalhar com as categorias de classe das ciências sociais. Nosso intuito, aqui, é evidenciar o percurso de vida de Lula, distinto do dos demais presidentes brasileiros oriundos de famílias com mais condições financeiras.

de falar de um e outro presidente, mas os efeitos delas na construção da relação entre representantes (presidentes) e representados. Em outras palavras, interessa-nos investigar se essa relação é de continuidade (isto é, se, a palavra do presidente “*exprime*” a palavra do povo, de forma que o presidente ocupe a posição de *mandatário do povo*), ou de descontinuidade (caso em que o presidente falaria *em nome do povo*, ocupando a posição de *líder*). Para tanto, analisaremos os sintagmas que constroem, nos discursos político presidenciais, o lugar social² de representante e o de representados. Observemos as seguintes seqüências discursivas (sds):

sd 1 - **Todos** percebem hoje por que nossa transição foi mais lenta, e por vezes mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia. Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da **sociedade** para mudar. **Ela** sabe o que quer e para onde devemos ir. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1995)

sd 2 - O que nós estamos vivendo hoje neste momento, **meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil**, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil **consigo mesmo**. Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido **a cada cidadão e cidadã** deste País no dia a dia dos próximos quatro anos. Viva o povo brasileiro! (Luís Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2003)

Por meio de designações diversas, os sujeitos se inscrevem de modos distintos num mesmo *lugar social* (a presidência), determinando diferentes *posições de* sujeito, que dizem respeito tanto ao locutor quanto ao alocutário daquele discurso. Observando as sds 1 e 2, vemos que o pronome “nós” funciona diferentemente. Na sd 1, o “nós” configura o lugar institucional do governo (“restauramos as liberdades democráticas”/ “iniciamos a reforma da economia”), constituindo uma separação entre *nós*-governo (locutor) e *ela*-a-sociedade (alocutário), que caracterizaria, a princípio, uma relação descontínua entre

2 Tomando os estudos de Althusser ([1985] 2003) entendemos *lugar social* como uma determinação, numa dada formação social, das relações de classe que organizam a sociedade. Temos marcado, por exemplo, o lugar do presidente e o lugar do povo, sendo que a enunciação dos sujeitos que aí se inscrevem vão ter um *peso* diferente, determinado pela relação hierárquica existente entre eles.

representante e representados, configurando a imagem de líder. Por outro lado, em sd 2, o “nós” abrange a totalidade dos brasileiros (“nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil”), constituindo uma continuidade entre o *eu-presidente* (locutor) e o *vocês-os-cidadãos* (alocutário), por intermédio dos vocativos “meus companheiros”/ “minha companheiras” e “meus irmãos”/ “minhas irmãs”, que produzem um efeito de fraternidade que permite ao “eu-presidente” falar não só do lugar de presidente, mas também do *lugar do povo*.

Por conseguinte, podemos dizer que ao se constituir diferentemente o lugar social do qual se fala (presidente) – que em sd 1 é preenchido por um *eu-presidente* pautado em categorias institucionais (governo, sociedade), e em sd 2 funciona como um *eu-povo-presidente* (“reencontro do Brasil **consigo** mesmo”/ “**me sentir unido** a cada cidadão e cidadã deste País”) – constitui-se de maneira distinta o lugar social do outro desse discurso, que é **sociedade** em um e **cidadãos, companheiros, irmãos** em outro.

Os recortes acima permitem levantar a hipótese de que o discurso Fernando Henrique, que chamaremos daqui em diante DFH, constitui, predominantemente, uma posição de sujeito que configura a imagem de um líder; e o discurso Lula, que chamaremos DL, por sua vez, constitui, predominantemente, uma posição de sujeito que configura a imagem de um mandatário, cuja enunciação é legitimada a partir da proximidade com o povo. O sujeito enunciador deste discurso funciona como *porta-voz* deste *povo*. O porta-voz fala “em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar” (PÊCHEUX [1982] 1990).

a figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um nós em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 20)

A partir da figura do porta-voz, produz-se uma ilusão de interlocução, por meio da qual o povo é, a um só tempo, origem e destinatário daquele discurso. Por sua vez, o sujeito enunciador do DFH, de maneira geral, não configura este funcionamento. Nesse discurso, os lugares de destinador e destinatário são pautados em categorias institucionais (eu-presidente/ ela-a-sociedade) produzindo uma relação de destinação que não se reverte, o sentido é presidente→sociedade.

Tomando como base os trabalhos de Guilhaumou (1989), podemos pensar a constituição de uma língua/ enunciação política que funciona para o lugar social de presidente e que determina o modo pelo qual se pode/ deve dizer daquele lugar. O autor fala do funcionamento metafórico e metonímico que constituem a relação estabelecida no discurso político presidencial entre representante e representados. *Grosso modo*, no funcionamento metafórico, o estatuto da palavra do representante sobrepõe (e apaga) a palavra dos representados; no funcionamento metonímico, a palavra do representante *continua* a palavra dos representados.

Para deprendermos o estatuto da palavra dos presidentes, analisaremos a constituição dessa(s) língua(s) política(s) a partir de modos de dizer (AUGUSTINI, 2007), observando como se configuram o DFH e o DL. Para tal, tomamos os pronunciamentos dos referidos presidentes no período de seus respectivos mandatos – 1995-2002, FHC; 2003 até o presente momento, Lula.

Para analisar a configuração de uma língua política ideal, interessa-nos observar como o discurso político presidencial é posto em circulação. Com esse intuito, analisaremos os discursos jornalísticos da mídia impressa, mais especificamente do jornal Folha de S. Paulo e da revista Veja. Optamos em deixar de lado a análise de textos humorísticos como é o caso, por exemplo, das charges veiculadas nos jornais e na internet. O que não quer dizer que não sejam análises importantes para ampliarmos o assunto que queremos aqui tratar. Julgamos que estas análises não só seriam complementares as que aqui apresentaremos como são um importante espaço de continuidade para este trabalho.

Ao colocar em circulação o discurso político presidencial, esses meios projetam uma expectativa de como um presidente pode e deve falar, que influem na constituição imaginária de uma língua política ideal, uma vez que o contato com os discursos políticos é

majoritariamente mediado pela mídia. Observemos a seguinte sd, na qual podemos observar que um modo de dizer (o do DFH) sobrepõe outro (o do DL).

sd 3 - DEPOIS DE OITO ANOS habituado a um **presidente-sociólogo**, cioso de seu lugar no sistema intelectual e empenhado em acomodar seu reinado numa sala VIP da história, o Brasil experimentou, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, **um verdadeiro choque discursivo**. (Folha de S. Paulo, caderno Brasil, “Almanaque Lula”, 31/12/2006)

Na sd acima, os presidentes FHC e Lula são contrapostos por suas maneiras diversas de falar, o que configuraria “um choque discursivo”. O discurso jornalístico remete ao DFH como um discurso acadêmico (apesar de ser pronunciado do lugar de presidente) e (por isso) adequado (*cioso de seu lugar*) ao lugar social de presidente. É a partir da adequação desse discurso que vai ser contraposto (e criticado) o DL (*choque discursivo*). Toma-se, dessa forma, o modo de dizer do DFH como padrão.

Dito isso, gostaríamos de pontuar algumas questões centrais para o presente trabalho, tais como: O que legitima e autoriza a palavra do representante político no lugar social de presidente no Brasil de hoje? Essa palavra se constitui por meio de processos metafóricos ou de processos metonímicos? Qual é o estatuto dessa palavra? Ela se constitui como uma continuação da palavra do povo, ou por intermédio de uma linguagem administrativa, técnica? Qual o imaginário acerca de um modo de dizer ideal para o lugar de presidente da República? Como esse imaginário é construído?

Julgamos que essas questões sejam bastante pertinentes e de grande relevância para entendermos a configuração do discurso político atual e o modo pelo qual o brasileiro é interpelado. Pretendemos trazer o conceito de língua política (GUILHAUMOU, 1989) para a análise dos discursos políticos brasileiros, visando a contribuir para o estudo do discurso político de uma maneira mais geral.

Há trabalhos, tal qual o nosso, que se valem da Análise do Discurso para analisarem o discurso político brasileiro contemporâneo, citamos alguns: *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula* (CAZARIN, 2005), *Quimeras discursivas do presidente Lula: ambivalência em gêneros discursivos* (COVRE, 2007), *O regime de 1964: discurso e ideologia* (FIORIN, 1988), *A fala dos quartéis e as outras vozes*

(INDURSKY, 1997), *Construção Discursiva do Povo Brasileiro: os discursos de 1.º de Maio de Getúlio Vargas*. (LIMA, 1990), “A fala de muitos gumes” (ORLANDI, 1985); *Argumentação e discurso político* (OSAKABE, 1979), *Verbo, corpo e voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo* (PIOVEZANI, 2007).

Ao longo do nosso trabalho, fazemos referência a alguns destes textos. Não vamos nos deter em resumi-los um a um, queremos apenas ressaltar, por ora, dois desses que trabalham, assim como nós, com o discurso Lula. Cazarin (2005) analisa a configuração da FD dos trabalhadores brasileiros e da instituição da posição de sujeito em que o discurso de Lula se inscreve, bem como analisa o processo de identificação e de representação política do sujeito enunciador deste discurso, no período compreendido entre 1978/1998.

Covre (2007), por sua vez, analisa o discurso Lula no período referente às eleições presidenciais de 2002. O autor analisa a entrada de Lula dentro de um gênero constituído historicamente como oficial, “driblando” essa oficialidade ao trazer gêneros produzidos nas esferas de atividades cotidianas. Analisa, ainda, o “universo midiático” contrapondo a auto-denominada mídia alternativa à grande mídia, mostrando a “contra-força” daquela em relação às críticas sofridas por Lula.

Com o presente trabalho, procuramos inserir o conceito de língua política nas análises acerca dos discursos políticos brasileiros contemporâneos. Julgamos que com isso podemos aprofundar algumas questões a respeito da constituição destes discursos e do imaginário acerca de uma pretensa enunciação política ideal. Esperamos que nosso trabalho possibilite ampliar as questões e os olhares sobre o discurso político brasileiro contemporâneo.

Estrutura do trabalho

Estrutturamos nosso trabalho em 5 capítulos. No primeiro, situamos nossos estudos teoricamente no campo da Análise do Discurso (doravante AD). É neste capítulo que definiremos os principais conceitos desse campo teórico e apresentaremos os dispositivos analíticos necessários para o desenvolvimento do nosso trabalho. Neste momento, já analisaremos as primeiras sds para situarmos o dispositivo teórico da AD em

relação ao nosso objeto: o discurso político presidencial e sua circulação na mídia impressa.

No capítulo 2, desenvolveremos uma reflexão a respeito do conceito de discurso político considerando-o um funcionamento específico. Neste capítulo, a partir dos estudos de Le Bart (1998) e levando em conta as formações imaginárias propostas por Pêcheux ([1969] 1997), pensamos as especificidades e regularidades do discurso político geral. Para tal analisamos brevemente alguns recortes do DFH e do DL.

No capítulo 3, analisaremos um discurso político específico – o presidencial. Neste capítulo desenvolveremos o conceito de língua política (GUILHAUMOU, 1989), observando os funcionamentos específicos do DFH e do DL. Vamos observar os modos de dizer (AUGUSTINI, 2003) que funcionam no DFH e no DL em relação ao destinatário (representados) deste discurso e pensando na constituição de uma língua/ enunciação política. Nosso intuito, neste capítulo, é destacar as diferenças e as semelhanças entre o DFH e o DL, pensando no estatuto metafórico ou metonímico (GUILHAUMOU, 1989) da palavra dos presidentes.

No capítulo 4, trazemos o discurso político presidencial mediado pela mídia impressa, mais especificamente, o jornal Folha de S. Paulo e a revista Veja. Por meio de análises da maneira como o discurso jornalístico coloca em circulação o DFH e o DL pretendemos mostrar a expectativa de uma enunciação política ideal a partir do qual se poderia operar adequadamente os aparelhos do Estado.

Nas nossas conclusões, procuramos articular as análises feitas ao longo deste trabalho pensando na configuração de uma língua política ideal para falar do lugar social de presidente e nas conseqüências dessa configuração no que diz respeito não só a adequação ou não do DFH e do DL em relação a esse ideal, mas também a um processo de legitimação/ deslegitimação de uma inscrição que já é institucionalmente legitimada.

CAPÍTULO 1

PERCURSO TEÓRICO: A ANÁLISE DO DISCURSO

Para a Análise do Discurso, doravante AD, a linguagem não é mera “instrumentação” (no sentido de instrumentalizar o pensamento, ‘convertendo-o’ em mensagem), tal como a consideram algumas teorias comunicacionais; é *transformação*, ou seja, o homem, *afetado* pela linguagem, ao dizer, se constitui enquanto sujeito, estabelecendo com a natureza uma relação mediada pelo simbólico, que, ao mesmo tempo a significa e a transforma. Não se trata, no entanto, de uma visão “psicológica” de mundo, na qual este só existiria na medida em que vai sendo simbolizado, significado pela língua, mas sim de compreender o caráter “relacional” da linguagem, em outras palavras, de trabalhar com o sentido na *relação* entre língua, sujeitos e história.

A AD nos permite compreender os sentidos e interpretá-los a partir de uma relação que se estabelece no discurso com sua exterioridade, retomando aquilo que já foi dito. É na relação da linguagem com a história que o sentido se constitui, e o indivíduo se torna sujeito. Dessa forma, não é suficiente para AD analisar somente a materialidade lingüística, quer dizer, deter-se em questões apenas de âmbito lingüístico privilegiando, por exemplo, o estudo da sintaxe ou da morfologia. Para os estudos da AD, interessa considerar as condições de produção (CPs) do discurso.

Das CPs fazem parte os sujeitos e a formação social e ideológica na qual se inscrevem, a situação imediata do discurso, assim como a memória discursiva, que, segundo Orlandi (2002a), funciona como interdiscurso. Dizer que interdiscurso funciona como memória significa colocar o dito numa seqüência de dizeres possíveis funcionando a partir de uma formação ideológica dada. O interdiscurso é o que torna todo dizer possível.

De acordo com Orlandi (2002a), as CPs podem ser entendidas em sentido estrito (situação imediata) e em sentido mais amplo. Falando em interdiscurso e ideologia, estamos pensando em CPs mais *amplas* que funcionam como matriz dos sentidos e que incluem o contexto sócio-histórico ideológico. No presente trabalho, ao tomar como *corpus* os discursos políticos presidenciais brasileiros, discurso Fernando Henrique (DFH) e o discurso Lula (DL), tomamos como condições de produção destes o lugar social em que os sujeitos destes discursos se inscrevem para falar, a presidência, e ainda o contexto histórico, econômico e social que possibilitaram a eleição desses presidentes.

O Brasil amargara 20 anos de uma ditadura militar³ que sucateou diversos setores da sociedade, e cujos efeitos podemos ainda hoje sentir. Com o fim da ditadura, o Brasil passou por uma transição conturbada. Em 1985, Tancredo Neves (PMDB) é eleito presidente, no entanto, por eleições indiretas. Com a morte do presidente eleito, seu vice, José Sarney, recém-filiado ao PMDB, assume a presidência.

Após o mandato de Sarney, em 1989, Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disputam a eleição presidencial que termina com a vitória do candidato do PRN. O governo deste presidente foi bastante conturbado, tendo sido marcado pelo Plano de Estabilização Econômica ou, como era conhecido, Plano Collor. Dentre outras coisas, substitui a moeda brasileira, o cruzado novo, pelo cruzeiro, e ainda confisca o dinheiro de todos aqueles que tinham em conta corrente ou em poupança acima de 50 mil cruzeiros.

Em 1992, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis irregularidades no governo deste presidente, e, em setembro deste mesmo ano, o presidente teve seu impeachment aprovado, fazendo com que renunciasse ao cargo de presidente. Itamar Franco (PRN), vice de Fernando Collor, assume e governa até 1994.

No governo Itamar, a instabilidade econômica era notória a tal ponto que em 7 meses de governo, o Brasil já havia passado por 3 ministros da Fazenda. Em 1993, o presidente nomeia o senador Fernando Henrique Cardoso para o cargo. O ex-senador empenha-se em criar, junto a equipe que montou, o “Plano Real” que consistia em mudar

3 Sobre o discurso político dos militares ver trabalho de Indursky (1997) *A fala dos quartéis e outras vozes*.

novamente a moeda nacional (de cruzeiro para Real).

Uma vez que o Plano Real conseguiu frear a inflação, Fernando Henrique Cardoso torna-se um presidente de peso e disputa as eleições de 1994, tendo o apoio do então presidente Itamar Franco. Vai para segundo turno contra Luiz Inácio Lula da Silva que disputava sua segunda eleição. O ex-ministro da Fazenda é eleito e torna-se o primeiro presidente, pós golpe militar, eleito pelo povo a cumprir a integridade de seu mandato. O sucesso do Plano Real funciona como bandeira tanto no primeiro mandato (1995 a 1998) desse presidente como no segundo (1999 a 2002).

sd 4 - Ao escolher a mim para sucedê-lo [Itamar Franco], a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação. A isso eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos estados e de todas as forças vivas da Nação. Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. (Fernando Henrique Cardoso, discurso posse 1995)

sd 5 - Tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e a concentração de renda. Depois, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda. O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir. O Estado começou a ser transformado para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser o instrumento fundamental para garantir serviços para a população mais pobre, gerar as condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos. O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros. Também no plano externo o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. (Fernando Henrique Cardoso, discurso posse 1999)

Tomadas em sentido estrito, as CPs dizem respeito à situação de enunciação desses discursos: ambos os recortes remetem a pronunciamentos políticos no momento da posse do presidente. Na sd 4, observamos a presença do pronome em primeira pessoa (eu – *eu me dedicarei*), constituindo o lugar social de presidente e determinando a inscrição desse sujeito (*como presidente*) a partir de categorias institucionais que dizem respeito não só ao sujeito enunciador desse discurso, como também ao destinatário (*a maioria dos*

brasileiros), que não está aí representado senão como “eleitor”.

Na época desse pronunciamento (1995), o recém-eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso, acabara, como vimos, de dirigir a equipe que elaborou o plano Real. É a partir da relação com a exterioridade (contexto histórico) que o eleitor é constituído neste recorte: “fez uma opção pela **continuidade** do Plano Real e pelas reformas estruturais necessárias para afastar **de uma vez por todas** o fantasma da inflação”. Podemos dizer que a relação entre locutor (eu-presidente) e alocutário (vocês-brasileiros/eleitores) autoriza a inscrição do sujeito desse discurso neste lugar social.

Na sd 5, observamos a ausência do pronome pessoal “eu”, a história é relatada em terceira pessoa, constituindo o sujeito deste discurso como um espectador privilegiado. Ao usar a terceira pessoa (“Tudo **começou** com a nova moeda”; “**Restaurou-se** a confiança para poupar e investir”; “O Estado **começou** a ser transformado **o**”), indetermina-se o sujeito. No entanto, ao colocarmos este recorte ao lado da sd 4 vemos que a terceira pessoa constrói uma inscrição do sujeito do DFH no lugar social de presidente já legitimada, o que é evidenciado pelo tempo passado dos verbos (*começou, foi a estabilidade, pôde prever o fim do mês, começou a ser transformado, voltou a ser respeitado*) e as conseqüências no presente (*colhe os frutos da democracia*). Além dos advérbios “antes” e “depois”, que constituem o primeiro governo FHC (1995-1998) como um marco (“**Antes** era a inflação e a concentração de renda. **Depois**, foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda”). Considerando-se que as CPs, destes recortes, são diferentes, podemos dizer que, na sd 4 está sendo construída a legitimidade da inscrição do sujeito do DFH no lugar social de presidente, enquanto na sd 5 esta inscrição já é legítima.

Poderíamos analisar estes recortes considerando só a sintaxe sem relacionar com a exterioridade discursiva. No entanto, as análises que faríamos seriam outras. Para o presente trabalho, que situamos teoricamente na AD, não podemos tomar o *texto* nele mesmo, mas a partir das condições de produção por meio das quais determinado discurso foi produzido.

Antes de avançarmos essas questões, gostaríamos de retomar a distinção entre língua e fala de Saussure ([1916], 2000) como um caminho para abordarmos a concepção de discurso na AD.

1.1 Um começo: a ciência da linguagem

Ferdinand Saussure ([1916], 2000), no *Curso de Lingüística Geral*⁴, constitui a lingüística como ciência moderna ao delimitar a língua como objeto de estudo. Os estudos de Saussure foram não só importantes para os estudos da linguagem, mas também para as ciências humanas de uma maneira geral, por ser precursor do estruturalismo.

Saussure toma a língua como objeto porque “entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível de uma definição autônoma”. Compreende a língua enquanto um sistema no qual cada um dos elementos só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos. Para o autor, a língua é a parte *determinada e essencial da linguagem*.

É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomado em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios⁵, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. (SAUSSURE, [1916] 2000, p. 17)

Enquanto a linguagem “repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza”, a língua “constitui algo adquirido e convencional”. O autor opõe à língua a fala, a qual relaciona com o indivíduo: “Nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas. No caso, não há mais que a soma de casos particulares” (*Ibidem*, p. 28). Dessa forma, a fala é excluída dos estudos da Lingüística *propriamente dita*⁶ por ter vinculada a si a noção de sujeito (o indivíduo).

4 Esse livro foi escrito por Charles Bally e Albert Sechehaye a partir das anotações de alunos dos três cursos (1906-1907, 1908-1909, 1910-1911) de Lingüística Geral ministrados por Saussure na Universidade de Genebra.

5 No original francês o trecho traduzido como “a cavaleiro de diferentes domínios” é “à cheval sur plusieurs domaines”, assim, a tradução mais adequada seria: *a cavalo por diferentes domínios*.

6 Uma vez que Saussure se refere a uma Lingüística da fala sem se deter sobre ela “pode-se, a rigor, conservar o nome de Lingüística para cada uma dessas duas disciplinas e falar numa Lingüística da fala.

De acordo com Courtine (2006), no início dos anos 70, através dos estudos de Harris e de Benveniste, a análise do discurso ultrapassa os limites da lingüística, e uma análise política do discurso *passa a ser possível*. De acordo com Courtine “os procedimentos de análise distribucional aplicados por Harris ao todo das frases de um texto serviram como base para numerosos trabalhos em análise do discurso e especialmente da análise do discurso político” (COURTINE, 2006). Com esse procedimentos de análise distribucional, Harris “consegue livrar a análise do texto do viés conteudista” (ORLANDI 2002a, p. 18), fazendo com que o texto passasse a ser uma noção importante, como podemos atestar nos recentes trabalhos em AD. Um problema do procedimento de Harris, segundo Orlandi, é que o texto é reduzido a uma frase longa,

isto é, caracteriza sua prática teórica no interior do que chamamos isomorfismo: estende o mesmo método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto) e procede a uma análise lingüística do texto como o faz na instância da frase, perdendo dele aquilo que ele tem de específico. (ORLANDI 2002a, p. 18)

A análise do texto não se centraria nas questões de cunho conteudista, mas não iriam além de sua morfossintaxe. No entanto, a AD, como dissemos anteriormente, leva em conta a exterioridade do *texto*, ou seja as CPs que lhe possibilitaram produzir sentido.

Para Pêcheux ([1969] 1997), o objeto da Análise do Discurso é mais próximo ao qual Saussure toma por fala, que de seu conceito de língua: “Michel Pêcheux constitui o discurso como uma reformulação da fala saussuriana, desembaraçada de suas implicações subjetivas” (MALDIDIER, 2003:22).

Do estrito ponto de vista saussuriano, o discurso é, enquanto tal, da ordem da *fala*, na qual se manifesta a “liberdade do locutor”, ainda que, bem entendido, seja proveniente da *língua* enquanto seqüência sintaticamente correta. (PÉCHEUX, [1969] 1997, p. 76)

O discurso, tal como é concebido na AD, se aproxima da fala por ela ter

Será, porém, necessário não confundi-la com a Lingüística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua” (Saussure, 2000 [1916]: 28).

vinculada a si a noção de sujeito. No discurso, tal qual a fala saussuriana, manifesta-se a aparente “liberdade do locutor” e também um assujeitamento à língua. Se por um lado, a fala saussuriana é da ordem do individual, o discurso não o é exatamente, já que está sujeito às determinações históricas. Dessa maneira, apesar de se aproximar da noção de fala saussuriana, a noção de discurso vem romper com a oposição língua/fala.

Tínhamos dito que também os estudos de Benveniste contribuíram para que a AD ultrapassasse os limites da lingüística, isso porque o autor concretiza a “conversão individual da linguagem para o discurso”

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, [1974], 1989, p, 83-84)

Daí a importância da noção de sujeito. É porque ele *fala* que a “língua é efetuada em uma instância de discurso” e deixa de ser “possibilidade da língua”. Para Benveniste, a *subjetividade* “é a capacidade do locutor se *propor* como sujeito” ([1989], 1995: 286; grifo nosso). O sujeito está, aí, na origem; ele, por sua *vontade*, constitui-se como sujeito. Ou seja, o sujeito está constituído de antemão. Já para Pêcheux e Fuchs:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar interpelação, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. ([1975], 1997:165-166)

O sujeito não se faz sujeito ao enunciar “eu”, mas, para dizer, é necessário que ele seja *interpelado a ocupar um determinado lugar* na estrutura de uma dada formação social. É a partir da relação com a linguagem que o sujeito se constitui. A relação entre sujeito e linguagem é determinante para ambos: não é só a linguagem determina aquilo que pode ou não ser dito (só se fala porque a linguagem *já* faz sentido); o sujeito, por meio da

reformulação, produz deslocamentos nos sentidos já constituídos historicamente na/ pela linguagem.

nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes lingüísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. (ORLANDI, 2002a, p. 22)

Dessa maneira, observa-se que o sujeito não é inteiramente livre para dizer aquilo que quer (o dito como intencional), nem a língua é um sistema fechado que funciona como mero instrumento de comunicação. Disto podemos dizer que considerar o sujeito como assujeitado não significa tirar-lhe qualquer mobilidade no dizer: a linguagem é viva, porque existe na relação entre sujeitos, inscritos nos processos históricos, que estão continuamente promovendo deslocamentos no dizer.

1.2 Para uma análise do discurso político

A AD se constitui, de acordo com Pêcheux e Fuchs ([1975], 1997), numa articulação de três regiões, a Lingüística – “como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo” (PÊCHEUX & FUCHS, p. 163); o materialismo histórico – “como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias” (*loc. cit.*); e a “teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” (PÊCHEUX & FUCHS, p. 164). Essas regiões são atravessadas e articuladas por uma “teoria da subjetividade” proveniente da psicanálise.

O objeto da Análise do Discurso não poderia ser outro que o próprio discurso. Este é, ao mesmo tempo, integralmente lingüístico e integralmente histórico, ou seja, trata-se de um espaço teórico no qual se pode depreender a relação entre a língua, enquanto sistema de signos, e a ideologia, enquanto determinação histórica do sentido. Dessa maneira, podemos dizer que os sentidos não estão já-lá, mas são construídos historicamente, e só significam porque já significaram antes. Os sujeitos não têm, portanto, “controle” sobre o que dizem e nem são origem do dizer; eles ocupam diferentes posições a

partir das diferentes formações discursivas em que se inscrevem para dizer. Ou seja, o sujeito só diz através de sua inscrição numa formação discursiva dada e é a partir dela que os sentidos vão ser “determinados” (como sendo uns e não outros).

As formações discursivas (FDs) delimitam determinadas posições de sujeito, relacionadas ao que Pêcheux, inspirando-se em Althusser ([1985], 2003), vai chamar de *forma-sujeito*. Para a AD, o sujeito do discurso é descrito a partir do funcionamento das formas-sujeito delimitadas nas FDs que o atravessam. Essas são formadas por uma regularidade de funcionamento, isto é, por meio da repetição. Para nos ajudar nesta questão específica, analisemos as seguintes sds:

sd 6 - O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.

Esta é a esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e brasileiros que encontro em minhas andanças pelo País. Estas são as vozes que ouço nas ruas. Esta foi a missão que recebi nas urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sérgio Motta, companheiro de uma vida de lutas: “Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País”.

Eu assim o farei. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1999)

sd 7- Ele deu um rumo a esta nação e está fazendo o Brasil avançar. Nos últimos 40 anos é o primeiro presidente brasileiro eleito diretamente pelo povo a terminar seu mandato, porque é um homem equilibrado e preparado, sabe unir, sabe dialogar e sabe realizar. Por isso é respeitado aqui e lá fora. Um presidente, um líder, um pulso firme num mundo turbulento. (Fernando Henrique Cardoso, propaganda eleitoral, 1998)

sd 8 - O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro! (Luís Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2003)

sd 9 - Não adianta tentarem me calar/ Nunca ninguém vai abafar a minha voz/ Quando o povo quer, ninguém domina/ O mundo se ilumina, nós por ele e ele por nós/ O mundo se ilumina, nós por ele e ele por nós

O Brasil quer seguir em frente/ Com o primeiro homem do povo presidente/ Ele sabe governar com o coração/ E governa pra todos com justiça e união/ É o primeiro presidente

que tem a alma do povo/ Que tem a cara da gente
 São milhões de Lulas povoando este Brasil/ Homens e mulheres noite e dia a lutar/ Por um
 país justo e independente/ Onde o presidente é povo/ E o povo é presidente
 Nós estamos aqui de novo.../ Cantando!/ Um sonho novo...Pra sonhar!/ Nós estamos aqui
 de novo...
 Lutando!/ A esperança não se cansa.../ De gritar:/ É Lula de novo, com a força do povo!
 (Propaganda eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, 2006)

A imagem de líder sendo construída na sd 7 (*um presidente, um líder, um pulso firme*) é também observada na sd 6 por meio da legitimação da inscrição do sujeito no lugar de presidente por meio de categorias institucionais que também configuram o lugar social do interlocutor deste discurso. Observemos as seguintes seqüências da sd 6:

- 1) Esta é a esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e brasileiros que encontro em minhas andanças pelo País.
- 2) Estas são as vozes que ouço nas ruas.
- 3) Esta foi a missão que recebi nas urnas.

O interlocutor deste discurso vai sendo constituído como eleitor a partir de sua tarefa social de votar. Esta imagem de representados é refletida na relação entre estes e o representante, constituindo-a de maneira hierárquica. Nas sds 8 e 9, o presidente é configurado como parte do povo, como um igual (*meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil; com o primeiro homem do povo presidente*). É esta relação entre representante e representados que legitima a inscrição do sujeito deste discurso no lugar social de presidente.

Tomando essas breves análises e antecipando uma análise mais profunda e mais detalhada desses recortes, podemos dizer que as sds 6 e 7 têm uma mesma matriz de sentido, constituindo relações de paráfrases entre elas. O mesmo podemos dizer das sds 8 e 9.

La parenté sémantique entre énoncés constitue la condition nécessaire de l'instauration d'une relation de paraphrase dite linguistique: elle permet à un sujet, dans une situation discursive donnée, de reconnaître ou de produire un énoncé comme paraphrastique d'un autre. Mais il m'a paru important d'insister sur le fait que l'établissement d'une relation de paraphrase se joue sur

un autre terrain que celui de la langue: il s'agit d'une stratégie cognitivo-langagière des sujets qui procèdent à une identification momentanée des significations de chacun des deux énoncés, annulant les différences au profit des seules ressemblances. (FUCHS, 1994)⁷

Podemos, então, dizer que as sds 6 e 7 têm um mesmo parentesco semântico assim como as sds 8 e 9. por outro lado, seria impossível dizer que, por exemplo, as sds 6 e 8 estabelecem algum tipo de relação de paráfrase. Com base no nosso *corpus* de discursos políticos e mesmo para que possamos construí-lo, podemos dizer que a relação entre as sds 6 e 7 configura uma determinada formação discursiva a partir da qual o DFH vai ser enunciado. As sds 8 e 9 configuram uma outra formação discursiva que vai conferir sentido ao DL. As FDs são formadas por meio de uma regularidade de funcionamento; são uma *matriz de sentido*, formada por famílias parafrásticas configuradas pela regularidade de uma repetição que permite sua individualização. Tendo esses recortes, dizemos que o DFH e o DL não configuram a enunciação dos respectivos presidentes, considerando os indivíduos, mas designam todo discurso enunciado a partir de suas respectivas FDs. Para o presente trabalho, tomaremos apenas as enunciações proferidas do lugar social de presidente.

Dizemos que o dizer não é neutro porque está inscrito em formações discursivas formadas por famílias parafrásticas que determinam não só aquilo que pode/ deve ser dito como também a maneira como se enuncia de uma determinada FD. Em outras palavras, a enunciação do sujeito a partir de uma determinada FD, que interpreta o lugar social em que esse sujeito se inscreve, configura *modos de dizer* (AUGUSTINI, 2007). Estes modos de dizer influem sobre o lugar social produzindo um imaginário acerca de uma inscrição adequada nestes lugares,

...esses lugares estão representados nos processos discursivos em que estão colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o

7 O parentesco semântico entre enunciados constitui a condição necessária da instauração de uma relação de paráfrase dita lingüística: ela permite a um sujeito, em uma dada situação discursiva, reconhecer ou produzir um enunciado como parafrástico de um outro. Mas me pareceu importante insistir sobre o fato que o estabelecimento de uma relação de paráfrase especula sobre um outro terreno além do da língua: trata-se de uma estratégia cognitivo-linguagreira dos sujeitos que decorre de uma identificação momentânea das significações de cada um dos dois enunciados, anulando as diferenças em proveito apenas das semelhanças. (a tradução é nossa)

lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí **representado**, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Acrescentamos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar.

O que podemos dizer é apenas que todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias. (PÊCHEUX, [1969], 1997: 82-83; grifo nosso)

Não é possível restituir o lugar social tomando um dado discurso; o que podemos fazer é restituir a representação deste em um discurso determinado. O que nos levaria a dizer que um mesmo lugar social pode ser representado de diferentes maneiras, sem que nunca se apreendam *os traços objetivos que o caracterizariam verdadeiramente*. Portanto, ao analisar os discursos FH e Lula, não podemos inferir que um se inscreve de uma maneira mais adequada que o outro no lugar social de presidente. A inscrição do sujeito em determinado lugar social, como a presidência, produz uma posição-sujeito determinada no interior da FD que lhe possibilita produzir sentido. A posição é a representação do lugar social institucional, no nosso caso, de presidente da República.

Da imagem que se faz dos lugares sociais e da inscrição dos sujeitos no (/ao) dizer determina-se uma posição de sujeito mais adequada que outra(s). Temos, portanto, a construção da imagem de um modelo de enunciação/ língua política que funciona, no nosso caso, para a posição de presidente. Dizemos “construção” porque se dá por intermédio do funcionamento das formações discursivas ao longo da história – é a partir da materialidade específica dessa história que se condiciona o que pode ser (dito). Chamamos de “imagem” por se constituírem no jogo das formações imaginárias.

Nesse trabalho, vamos observar as não-coincidências entre *lugar social* e

posição sujeito, uma vez que não existe um único modo de inscrição em cada lugar social. Importa para nós analisar a discursividade produzida de determinado lugar, apreendendo a construção imaginária de um modelo de posição de sujeito pretensamente ideal para o lugar social de presidente. Esta construção produz um efeito de coincidência entre lugar social e posição sujeito, apagando uma possível pluralidade de formações discursivas que interpretem esse lugar.

Para isso, centrar-no-emos em analisar as diferentes formações discursivas que funcionam no lugar social de presidente, produzindo diferentes formas-sujeito e, conseqüentemente, diferentes posições de sujeito que caracterizam diferentemente o lugar social do qual falam.

Considerando que a circulação dos discursos na contemporaneidade é mediada pelo discurso midiático justificamos a necessidade em tomar como *corpus* este discurso. Para isso levaremos em conta o discurso midiático não como fonte de informação neutra, mas, considerando suas especificidades e opacidades, como uma fonte que produz uma interpretação determinada dos discursos políticos presidenciais, em detrimento de outras possíveis. Com esse intuito, vamos analisar mais a fundo a imagem que a mídia faz do lugar que ocupa e de como aí se inscreve para dizer produzindo a famigerada imagem do discurso midiático como “quarto poder”.

Com isso, pretendemos ter elementos suficientes para descrevermos a imagem de um modelo de enunciação política ideal atrelado imaginariamente ao lugar social de presidente produzindo uma imagem de posição de sujeito ideal para enunciar deste lugar. Legitimando, dessa forma, por efeito de sentido, uma única formação discursiva a partir da qual se pode enunciar do lugar social de presidente. Essa representação da enunciação política que delimita um falar adequado chamaremos de língua política (GUILHAUMOU, 1987). E é nisso que vamos nos deter ao analisarmos o discurso político presidencial: na representação da língua política que funciona como um código de regras determinando a inscrição no lugar social de presidente, como também nos efeitos dessa representação para a configuração de um imaginário de uma língua política ideal.

1.3 METODOLOGIA E ANÁLISE

Dissemos, anteriormente, que o sentido é histórico; isso implica considerar que os sentidos não se dão no momento da enunciação, mas por intermédio de relações de paráfrases entre seqüências. Este processo *se apaga* aos olhos do sujeito que *esquece* como se dá a produção de sentidos, colocando-se como origem do sentido. Chama-se esse esquecimento de esquecimento nº. 1, que diz respeito à constituição dos sentidos.

O esquecimento nº. 1 recai sobre a ilusão de que os sentidos (das palavras, expressões, proposições...) estão “em si mesmos” e que, ao falar, o enunciador é fonte do sentido. No entanto, o sujeito não é nem fonte do sentido nem têm “controle” sobre o que diz (ilusão acobertada pelo esquecimento nº. 2). Ao dizer, o sujeito “se esquece” disso, projetando imaginariamente seu dizer como fechado em si, sem qualquer relação com o exterior, o sentido seria conferido no próprio momento do dizer de modo inequívoco e transparente.

O esquecimento nº. 2, ou esquecimento enunciativo, diz respeito à enunciação. “A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (mediante ao que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado” (PÊCHEUX & FUCHS [1975] 1997, p. 176). Dessa maneira, oculta-se aquilo que poderia ter sido dito, mas não foi, isso confere a impressão ao sujeito de saber do que está falando. No entanto, é constitutivo aos efeitos de sentidos postos pelo dizer o não-dito, o rejeitado; a conseqüência disso é que, por vezes, por o limiar do não-dito estar mais ou menos próximo da consciência, as fronteiras são reformuladas. Observemos o funcionamento desses esquecimentos na sd seguinte,

sd 10 - Veja, pode ter uma nova reforma, mas como a reforma universitária, eu vou fazer **diferente** da reforma que nós fizemos da Previdência para o setor público, **ou seja**, não vai ser uma proposta do governo. (Lula, programa Roda Viva – 2006)

O termo “ou seja” funciona como uma glosa meta-enunciativa (AUTHIER-REVUZ, 1998), uma forma de o dito voltar-se sobre si e reformular-se: “*vou fazer diferente da reforma que nós fizemos da Previdência para o setor público*” é reformulado em “*não*

vai ser uma proposta do governo”. Ao se voltar sobre o já-dito, por meio de reformulações, evidencia-se que a relação palavra e coisa não é “natural” e precisa ser explicitada. Ao (e para) fixar um sentido, outros sentidos, que não são favorecidos ou autorizados (AUTHIER-REVUZ, 1998) pelo contexto, são silenciados (ORLANDI, 2002b). Dessa maneira, as reformulações funcionam de modo a não só (tentar) fixar o sentido, como a silenciar outros, o que evidencia a pluralidade de sentidos de uma unidade na discursividade (AUTHIER-REVUZ, 1998) (que, justamente, por ser plural “precisa” ser fixada).

Há a “necessidade” de silenciar a polissemia de sentidos que seriam possíveis naquele contexto, “preenchendo”, dessa maneira, a falha do dizer; eliminando um “sentido inoportuno” que é, como dissemos, favorecido ou autorizado pela unidade escolhida.

As análises na AD não têm como intuito alcançar a intenção do dizer, uma vez que, como dissemos, o sujeito tem a ilusão de ter controle sobre o que diz, sobre o sentido, quando, para dizer, inscreve-se em posições-sujeitos de FDs determinadas que funcionam como matriz de sentido. De acordo com Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997), a análise do discurso é produzida a partir de uma dupla de-sintagmatização. Em primeira instância, trata-se de uma de-sintagmatização lingüística ou de-superficialização que

Remete à existência material da língua, caracterizada pela estrutura não-linear dos mecanismos sintáticos e mais profundamente por tudo aquilo sobre o que se exerce o “esquecimento n.º. 2” (PÊCHEUX & FUCHS [1975] 1997, p. 180)

Ou seja, trata-se de tomar a superfície lingüística, seqüência discursiva na qual se pode observar o discurso afetado pelos dois esquecimentos, e evidenciar aquilo que é *dito* em relação ao que foi *rejeitado*. No caso da sd 6, como dissemos, a glosa meta-enunciativa produz um efeito de fixação do sentido – diferente *significa* que não vai ser uma proposta do governo. Dessa forma, *constitui-se a fronteira entre o que selecionado* (“diferente”) e *tornado preciso aos poucos* (“não vai ser uma proposta do governo”), por intermédio da glosa metaenunciativa “ou seja”, e o que é *rejeitado* (“eu vou fazer *da mesma forma* que fizemos a Reforma da Previdência, ou seja, *vai ser* uma proposta do

governo”).

A segunda de-sintagmatização da qual Pêcheux e Fuchs falam se dá em nível do discurso; não se trata da superfície lingüística (que foi “atravessada” ao se “anular” o esquecimento nº. 2), mas do objeto discursivo. Essa de-sintagmatização “rompe a conexidade própria a cada objeto discursivo e começa a anular o efeito do esquecimento nº. 1”. Podemos, então, observar as famílias parafrásticas que possibilitam a produção de sentido, apreendendo as formações discursivas que funcionam em determinado lugar social, nas quais o sujeito se inscreve numa dada posição-sujeito para falar.

1.3.1 A construção do *corpus*

A análise na AD é intimamente ligada à construção do *corpus*. Este não é uma série de dados que exemplificam ou ilustram a teoria, mas práticas discursivas delimitadas teoricamente. Sua delimitação segue critérios teóricos e não visa à exaustividade.

A unidade de sentido da análise é o texto que o analista remete a um discurso, ou seja, é preciso atravessar a superfície lingüística, processo que funciona como de-sintagmatização lingüística. Ao trabalhar com o *objeto discursivo*, procura-se anular os efeitos do esquecimento nº. 1 e (re)constituir as famílias parafrásticas que permitem ao discurso produzir sentido.

Diremos que um *corpus* é constituído por uma série de superfícies lingüísticas (discursos concretos) ou de objetos discursivos (o que pressupõe um modo de intervenção diferente da prática lingüística na definição de *corpus*), estando estas superfícies dominadas por condições de produção estáveis e homogêneas. (PÊCHEUX & FUCHS, [1975] 1997, p.182)

As condições de produção do nosso *corpus* dizem respeito a discursos proferidos do lugar social de presidente. Tomando CPs mais amplas, optamos por trabalhar com enunciações presidenciais em situação de posse, pronunciamento aos brasileiros, ao governo, entrevistas. Vamos analisar a transcrição destes textos disponibilizada para o público em geral pelo jornal Folha de S. Paulo, do instituto FHC, da coleção *Palavra de*

Presidente (2002), do portal do PT, do site <http://cafe.radiobras.gov.br> que veicula as transcrições dos programas de rádio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, *Café com o Presidente*, e do site do programa *Roda Viva*, que disponibiliza a transcrição de seus programas por meio de uma iniciativa conjunta da Fundação Padre Anchieta, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por meio de seu Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp).

Uma vez que esses discursos são colocados em circulação através, principalmente, da mídia, julgamos válido analisar o discurso desta para observarmos os efeitos de sentidos dessa mediação. Para não estendermos demasiadamente o presente trabalho, limitamo-nos em analisar o jornal *Folha de S. Paulo* e a revista *Veja*, devido a sua abrangência.

Como dissemos anteriormente, construímos nosso *corpus* pensando em duas FDs distintas que interpretam diferentemente um mesmo lugar social, a presidência. Na medida em que analisarmos os discursos produzidos no interior de suas respectivas FDs, o DFH e o DL, estaremos aptos a nomeá-las a partir de traços que lhe asseguram uma certa unidade e, ao mesmo tempo, diferenciam-na uma da outra.

CAPÍTULO 2

O DISCURSO POLÍTICO

À primeira vista, dizer que se vai fazer análise de discursos políticos não desperta nenhum estranhamento e essa afirmação é tomada mais como uma informação da constituição do *corpus* do que como a apresentação de um conceito a ser estudado e desenvolvido a partir da análise de um *corpus* específico. Disto, depreende-se que o termo “discurso político” é constituído como uma tipologia, caracterizando o tipo de discurso a ser analisado.

Piovezani (2007) propõe que se faça uma reflexão sobre o discurso político com o intuito de evitar uma automatização desta expressão, o que fragilizaria a análise propriamente dita. De fato, nos trabalhos em AD não se vê comumente essa discussão aparecendo⁸. Geralmente aí, o discurso político aparece como pressuposto e não como uma noção, ou ainda, como uma categoria. Para o autor “*A raridade de considerações que apontem algumas fronteiras em torno do discurso político e que o caracterizem em trabalhos de AD parece derivar de pelo menos duas razões*” (PIOVEZANI, 2007, p.104). Uma é a atribuição de uma tipologia do discurso baseada em critérios de instituições sociais; a outra é um pouco radical e considera que tudo é político. Ambas as razões são insuficientes para uma caracterização do conceito de discurso político, sendo que a segunda tem como conseqüência a possibilidade de atribuir a todo discurso a alcunha de político, o que, “*em última instância, equivaleria a dizer que “O discurso político não existe”, visto*

8 O próprio autor ressalva alguns trabalhos nos quais essa temática foi abordada: FIORIN, J. L. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988; INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997; LIMA, M. E. A. T. *A Construção Discursiva do Povo Brasileiro: os discursos de 1.º de Maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990; ORLANDI, E. P. A fala de muitos gumes. In: ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. 4ª ed. Campinas, Pontes, 2003; OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1979; ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos Modernos. Discurso e representação*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

que onde tudo o é, talvez nada mais o seja efetivamente” (PIOVEZANI, 2007, p.104). Para Véron (1987) falar em discursos políticos supõe falar em discursos que não sejam políticos, ou seja, “*la noción de discurso político presupone, de manera explícita o implícita, ciertas hipótesis sobre una tipología de discursos sociales*”⁹. Como o próprio autor afirma, tal tipologia, no entanto, não existe, o que implicaria em considerar que o trabalho sobre o discurso político se dá com base em certas *intuições*. Como, por exemplo, considerar discurso político o discurso proferido por *agentes políticos*. Le Bart (1998) vai chamar esse critério de fonte, “*prendre le classement lui-même pour objet et constater que l’expression “discours politique” renvoie ordinairement aux seuls professionnels de la politique*”¹⁰. Discurso político seria constituído, então, exclusivamente a partir do seus locutores e seria tomado como “a fala” desse agentes. Partindo de categorias propostas por Bourdieu (1989), poderíamos expandir essa consideração, tomando por discurso político aquele

...enunciado por um agente inserido no “campo político”, graças à posse de competências específicas derivadas da aquisição de um habitus que compreende um conjunto de saberes, uma capacidade retórica, um domínio prático do funcionamento desse e uma submissão a esse campo. (PIOVEZANI, 2007, p.107)

Expandindo ainda mais a concepção desse conceito e tomando como uma discursividade, consideramos que o discurso político é um funcionamento produzido em circunstâncias públicas por um enunciador legítimo ou em busca de legitimidade, a partir da inscrição desse enunciador (*pessoa política*) num dado feixe de formações discursivas que determinam aquilo que se pode dizer, produzindo de maneira específica a representação de um grupo. Consideramos não ser adequado não se levar em conta o aspecto histórico do conceito de discurso político – o que hoje se considera discurso político não o era outrora¹¹. Indubitavelmente, o caráter institucional sempre esteve presente em tal caracterização. Mudaram, no entanto, os *meios* através dos quais se fala (se antes tínhamos comícios em praça, nos quais o enunciador empenhava-se em fazer com que todos o ouvissem, hoje

9 “A noção de discurso político pressupõe, de maneira explícita ou implícita, certas hipóteses sobre uma tipologia de discursos sociais” (a tradução é nossa).

10 “Tomar a própria classificação como objeto e constatar que a expressão “discurso político” remete comumente àqueles profissionais da política” (a tradução é nossa).

11 Para um estudo histórico da fala pública, ver Piovezani (2007).

temos diversas outras instâncias de propagação da *voz política*, a televisão, o jornal impresso, a internet que a *mediam*). Assim, consideramos que o discurso político não é só a produção de um funcionamento discursivo específico, mas também a sua *circulação* na sociedade e os efeitos que essa circulação produz, o que veremos mais a fundo no capítulo 4. No presente capítulo, analisaremos alguns traços que aparecem como constitutivos ao discurso político contemporâneo.

Para nos ajudar a compreender e a descrever algumas das regularidades recorrentes no discurso político, fazemos referência a Le Bart (1998) no que diz respeito às quatro crenças ou ilusões necessárias para produção desse discurso:

Le discours politique contribue à légitimer l'ordre politique en nouant les fils d'une intrigue en quatre temps, dont la trame peut s'énoncer comme suit: 1/ La réalité sociale est transparente; 2/ L'autorité politique est légitime; 3/ Elle maîtrise les phénomènes sociaux; 4/ L'adition des citoyens forme une communauté¹². (LE BART, 1998, p.70)

Pensando essa proposta e considerando nosso quadro teórico de referência, propomos uma leitura dessas *ilusões* de Le Bart tendo em vista o conceito de formações imaginárias proposto por Pêcheux ([1969] 1997), no qual o autor descreve o jogo de imagens que funciona quando da inscrição do sujeito num dado lugar social. Essas imagens dizem respeito à posição do sujeito inscrito neste lugar (quem é que pode falar/ como é que se pode falar) e ao destinatário desse discurso (como é representado o lugar social para quem se fala). A seguir trazemos o quadro de imagens proposto pelo autor

12 “O discurso político contribui a legitimar a ordem política amarrando os fios de uma teia em quatro tempos, cuja trama pode ser enunciada da seguinte forma: 1/ A realidade social é transparente; 2/ A autoridade política é legítima; 3 Ela é matriz dos fenômenos sociais; 4/ A soma dos cidadãos forma uma comunidade”. (a tradução é nossa)

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questões implícitas cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A IA (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
IA (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B IB (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
IB (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A IA (R)	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B IB (R)	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

Com base neste quadro de imagens podemos dizer que falar em lugar social não é o mesmo que falar na inscrição do sujeito neste lugar. O lugar social não traz em si uma única e adequada inscrição possível. Ao contrário, são as relações entre sujeitos e destes

com o social que acabam por determinar uma relação de univocidade entre lugar social e posição de sujeito. O que podemos dizer é que essas inscrições projetam certas imagens que, uma vez analisadas, podem nos mostrar a relação entre lugar social e posição de sujeito construída discursivamente.

A rede formações imaginárias que fazem parte constitutiva do jogo discursivo produz uma série de antecipações das representações sobre as quais o funcionamento do discurso se fundamenta.

O que nos propomos a fazer é averiguar se as antecipações e as imagens projetadas no discurso político (DFH e DL) constroem *a realidade social como transparente, tomando a autoridade política como legítima, controlando os fenômenos sociais, pensando a comunidade como uma adição de cidadãos.*

A partir das categorias propostas por Le Bart, diríamos que seria próprio ao discurso político produzir uma imagem simplificada da sociedade, a partir da qual, apresenta soluções e rege o social. De acordo, com Piovezani isso acontece porque o discurso político

classifica as palavras e as coisas, as pessoas e os grupos, e explica o mundo: No discurso político, a certeza sobredetermina a possibilidade (FIORIN, 1988, p. 145). Com base nos saberes pressupostos ou manifestos de seus locutores, os sujeitos, as instituições e os movimentos sociais tendem a ser distribuídos e organizados em taxinomias binárias e disjuntivas (legítimo/ilegítimo, verdadeiro/falso, moderno/arcaico, progressista/ conservador...) que, em última instância, recobrem a cisão bem/mal. (PIOVEZANI, 2007, p.98-9)

A construção de uma imagem simplificada que classifica a realidade social em categorias determinadas funcionaria a partir da projeção de uma forma-sujeito determinada, remetendo-nos à imagem do lugar social no qual o sujeito se inscreve para falar. No discurso político, essa imagem é construída como ideal, legítima. A inscrição do sujeito nesse lugar social produz, como efeito de sentido, a legitimidade que sustenta e autoriza essa inscrição. Comumente, no discurso político contemporâneo, constrói-se uma imagem

de legitimidade centrada na figura individual do agente político. Apesar de, em nosso caso que estudamos a enunciação presidencial, o presidente ser eleito e empossado por meio de um processo democrático constitucional, os agentes políticos estão continuamente legitimando, autorizando suas inscrições nos lugares sociais que ocupam. A isso relacionamos um imaginário bastante forte de que todo político é corrupto, todo político mente, todo político não faz nada; é necessário, então, negar esse imaginário projetando uma imagem que o contradiga, legitimando assim, sua *posição*. Dessa forma, um traço que parece ser constitutivo do discurso político contemporâneo é “*ambivalência entre a confiança, que o legitima, e o descrédito, que o torna vítima de muitas suspeitas*” (PIOVEZANI, 2007, p. 117). Ora, isso coloca a legitimidade política em constante questionamento, o que resulta numa intensificação dos procedimentos de legitimação. Piovezani chama atenção que

...na contemporaneidade, é preciso legitimar não somente as instituições do campo político, mas também a função desempenhada ou a ser cumprida e, cada vez mais, a ocupação pessoal do cargo exercido ou a ser assumido. (PIOVEZANI, 2007, p. 98)

Le Bart (1998) vai dizer que parece ser próprio, ao discurso político, a autoridade política se afirmar legítima (“*L’autorité politique est légitime*”). Com a personalização da política é o indivíduo que ocupa, imaginariamente, determinado lugar e que confere a este legitimidade através de seus qualificativos (honesto, trabalhador, etc.). A partir da imagem de um preenchimento total do lugar social em que o sujeito enunciadador se inscreve para falar, projeta-se uma imagem de que cabe ao agente político o direito e o dever de *explicar o mundo*; com isso, em última instância, o agente político se apresenta como aquele (apenas ele) que pode reger o social (explicando-o, “consertando-o”). Diremos que a imagem que o sujeito faz do lugar que ocupa e de uma inscrição ideal nele, não só legitima sua posição de sujeito como lhe confere um poder pra agir sobre o social.

Esse jogo de imagens que estamos descrevendo não é indissociável da imagem produzida no interior do discurso político sobre o “destinatário”, para usarmos o termo com o qual Pêcheux ([1969] 1997) descreve as formações imaginárias. A quarta ilusão, que Le

Bart aponta como constitutiva ao discurso político, fala justamente do *outro* do discurso político – “*L’adition des citoyens forme une communauté*”. Por meio dessa ilusão, o agente político “*esquece ou pretende fazer esquecer a diversidade das individualidades pessoais, em nome de “interesses gerais”*” (PIOVEZANI, 2007, p. 104).

Diremos que se homogeneiza a destinação do discurso político que se constitui, de acordo com Véron (1987) por uma tripla destinação – um *destinatário positivo*, o *prodestinatário*¹³, o aliado político; um *destinatário negativo* – o *contradestinatário*¹⁴, o adversário político; e o terceiro destinatário, que são os que se encontram, de certa forma “fora do jogo”, ou seja, não são agentes políticos, mas por eles *representados* – são os *paradestinatários*¹⁵, aqueles que configuram imaginariamente a *totalidade dos representados*.

El discurso político es un discurso de *refuerzo* respecto del prodestinatario, de *polemica* respecto del contradestinatario, y de *persuasión* solo en lo que concierne el paradestinatario.¹⁶ (VÉRON, 1987, p. 17)

Ao se homogeneizar a destinação do discurso político, *apagam-se*, imaginariamente, as diferenças próprias à destinação daquele discurso, ou *exclui-se*, imaginariamente, o outro, como é o caso, muitas vezes, do adversário político. As vozes consoantes constituem com o enunciador um *nós inclusivo*.

Entidades, también enumerables, que designan colectivos que no funcionan como operadores de identificación de los actores en presencia,

13 “*El destinatario positivo es esa posición que corresponde a un receptor que participa de las mismas ideas, que adhiere a los mismos valores y persigue los mismos objetivos que el enunciador: el destinatario positivo es antes de nada el partidario*” (VÉRON, 1987: 17)

14 “*El destinatario negativo está, por supuesto, excluido del colectivo de identificación: esta exclusión es la definición misma del destinatario negativo (...) En verdad, ese “otro” discurso que habita todo discurso político no es otra cosa que la presencia, siempre latente, de la lectura destructiva que define la posición del adversario*” (VÉRON, 1987: 17)

15 “*Este “tercer hombre” resulta de una característica estructural del campo político en las democracias parlamentaristas occidentales, a saber, la presencia de sectores de la ciudadanía que se mantienen, en cierto modo, “fuera del juego” y que, em los electorales son identificados habitualmente de los “indecisos” (...) Al paradestinatario va dirigido todo lo que en el discursos es del orden de la persuasión*” (VÉRON, 1987: 17)

16 “*O discurso político é um discurso de reforço em relação ao prodestinatário, de polémica em relação ao contradestinatário, e de persuasão apenas em relação ao paradestinatário*” (a tradução é nossa)

sino que corresponden a entidades más amplias que los colectivos, y que el enunciador político coloca habitualmente en posición de recepción: por ejemplo: ‘ciudadones’, ‘trabajadores’, ‘argentinos’, etc. se trata de colectivos asociados habitualmente al paradesinatario¹⁷. (VÉRON, 1987, p. 18)

Consideraremos a quarta ilusão, a partir de generalizações feitas no discurso político que produzem um *efeito de persuasão*, que diz respeito aos paradesinatário e ao efeito de uma representação *efetiva* que engloba imaginariamente a totalidade dos representados. Uma maneira de se fazer isso é por intermédio do pronome pessoal nós.

A partir da gramática normativa, aprendemos que temos 3 pronomes pessoais – eu, tu, ele; e suas formas plurais – nós, vós, eles. Benveniste ([1989] 1995) chama atenção que a noção de pessoa, própria na caracterização dos chamados pronomes pessoais, é própria a “eu” e “tu”, mas falta em “ele”. Para o autor, o “eu” é uma pessoa subjetiva pensando a partir das instâncias do discurso que o contém, o “tu” constitui-se como uma pessoa não-subjetiva, e o “ele” é uma não-pessoa.

Para Benveniste, o “nós” não significa uma pluralidade de “eus”, mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu” (BENVENISTE, [1989] 1995, p. 256). O “não-eu” é constituído por tu/ vós formando, em junção com o “eu”, um nós inclusivo (que inclui o destinatário daquele discurso) ou por ele/eles, configurando um nós exclusivo (que deixa de fora o destinatário). Já para Indursky (1997), o nós constitui uma associação entre “eu” e a *não-pessoa discursiva*.

A partir do nosso *corpus*, observamos três empregos do “nós”: nós-governo/administração, marcando a distância entre destinador (nós) e destinatário (vocês) e nós-brasileiros/cidadãos, produzindo um efeito de proximidade entre representante e representados. No segundo, ocorre a inclusão do outro (representados) na forma de representação política produzindo um efeito de proximidade entre representante e representados que neutraliza imaginariamente uma possível pluralidade homogeneizando em torno de denominação comum (brasileiros/ cidadãos). Além desses, funciona um

17 “Entidades, também, enumeráveis, que designam coletivos que não funcionam como operadores de identificação dos atores em presença, mas que correspondem a entidades mais amplas que os coletivos, e que o enunciador político coloca habitualmente em posição de recepção; por exemplo: ‘cidadãos’, ‘trabalhadores’, ‘brasileiros’, etc. Trata-se de coletivos associados habitualmente ao paradesinatário” (a tradução é nossa)

terceiro “nós” que produz um “embaçamento do sujeito do discurso” (INDURSKY, 1997) que, no nosso *corpus*, configura uma totalidade do destinatário deste discurso em nome de um “bem maior”

2.1 O funcionamento do discurso político

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 2)

Apesar de ser consenso assumir que os discursos Fernando Henrique e Lula são discursos políticos, vamos analisá-los a partir da conceituação que acabamos de propor, uma vez que esse consenso recai sobre um critério de fonte, considerando que são discursos políticos por serem pronunciados por agentes políticos. Deter-nos-emos em analisar a discursividade comum a esses discursos como constitutiva do funcionamento próprio do discurso político.

O processo discursivo coloca em jogo uma série de imagens que o sujeito enunciador faz de si, do outro e do referente do qual fala. Neste capítulo, vamos analisar as imagens que marcam uma regularidade do funcionamento do discurso político contemporâneo. Uma dessas regularidades é produzida a partir da projeção imaginária que o sujeito enunciador faz de sua inscrição em determinado lugar social que ao mesmo tempo que o legitima, destaca-o de um grupo do qual é, imaginariamente, o mais capacitado (em relação às funções para as quais foi ou “precisa” ser eleito). Esta imagem é frequentemente, mas não sempre, atrelada a vida pessoal do agente político, como resultado de um processo que mistura elementos do público e do privado. É nesse sentido que em época de eleição é comum o candidato aparece ao lado da família, enfatizando sua integridade, e tendo sua competência atrelada a adjetivos como bom pai, marido zeloso, contando, brevemente, a história de vida de um indivíduo que a partir da integridade da sua vida pessoal vai preencher imaginariamente um determinado lugar social do campo político.

sd 11 - Ele deu um rumo a esta nação e está fazendo o Brasil avançar. Nos últimos 40 anos é o primeiro presidente brasileiro eleito diretamente pelo povo a terminar seu mandato, porque é um **homem equilibrado e preparado**, sabe unir, sabe dialogar e sabe realizar. Por isso é respeitado aqui e lá fora. Um presidente, um líder, um pulso firme num mundo turbulento. (Fernando Henrique Cardoso, propaganda eleitoral, 1998)

sd 12 - O Brasil é um grande país, com um potencial enorme para crescer e produzir. E precisa de um presidente **otimista, vencedor**, que valorize o que é nosso e que tenha compromisso, respeito e **sensibilidade** para lidar com os problemas do nosso povo. (Luiz Inácio Lula da Silva, propaganda eleitoral, 2002).

Por intermédio de um jogo de imagens posto no dizer, é o homem equilibrado, sério, otimista, sensível que, por meio de seus atributos pessoais, preenche(ria) adequadamente determinado lugar social – *administrando* o país e fazendo-o *crescer*; sendo reconhecido, inclusive em âmbito internacional. As seqüências discursivas 11 e 12 nos mostram um imaginário acerca de um determinado lugar social do campo político, a presidência, sendo construído, a partir do qual a forma-sujeito “ideal” seria a figura de um exímio administrador, que é respeitado pela sua competência de liderar, de conduzir os “representados” com firmeza, no *caminho adequado*, cabendo ao sujeito desse discurso dizer qual é esse “caminho adequado”. Na seqüência discursiva 12, a legitimidade da posição de sujeito nesse mesmo lugar social se dá *pelo* povo, a partir do qual define suas responsabilidades. Apesar de vermos funcionando diferentes formas de representação política, é no interior do discurso político que se legitima a posição do sujeito para falar de determinado lugar social. E essa legitimidade, no discurso político contemporâneo, é construída, na maioria das vezes, atrelando-se à figura do representante, suas qualidades pessoais, mesclando, assim, o público e o privado, construindo uma posição de sujeito ocupada por um “homem” honesto, capaz.

sd 13 - Eu estou tranqüilo, acho que cumpri com a minha função como presidente da República, tenho possibilidade de fazer muito mais, primeiro porque já aprendi muito, segundo porque já sei, agora, todos os caminhos das pedras e você sabe que fazia tempo que um governo não chegava no final no mandato com **uma aceitação da opinião pública** que nós chegamos, sabe por quê? Porque o povo está sentindo é no bolso, ele não está vendo manchete de jornal, ele está vendo é no bolso dele, ele está vendo é no supermercado, ele está vendo na farmácia, ele está vendo no depósito de materiais, ele está vendo no açougue, que apesar de algumas coisas negativas que se colocam, ele está

comendo mais e vivendo melhor. (Luís Inácio Lula da Silva – programa Roda Viva – 2006)

sd 14 - Para governar o Brasil, você tem de ter **determinação** e também **compreensão**, **tolerância** para a diversidade. No ano passado eu ganhei a eleição com maioria absoluta, e hoje eu estou com baixa popularidade. E caiu por uma razão objetiva, pela questão econômica. Eu não sou iluso, como eu não gosto da coisa carismática, isso não é democrático, eu nunca quis ser líder carismático, eu nunca fui vendedor de ilusões, não é meu estilo. Isso pode acontecer? Pode. Quantas vezes o Brasil colocou gente desse estilo no governo? Mas agora eu pergunto se deu certo. Conseguiram fazer as mudanças que eu estou fazendo? Conseguiram avançar no social como eu estou avançando? (Fernando Henrique Cardoso, entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, 19/12/1999).

Mesmo sendo dotados de atributos necessários para bem ocupar o lugar social de presidente, isto não garante a *aceitação pública*. A antecipação da imagem que o povo faz do presidente ($I_{FH}(I_{Povo}(FH))$), constrói este destinatário como carente da ilusão de que “tudo está bem”, “tudo vai dar certo”. A baixa popularidade não é, portanto, reflexo da “incompetência” do agente político, mas do próprio povo. Dessa forma, tanto a alta como a baixa popularidade medem não o desempenho deste, mas o da própria categoria povo, uma vez que a autoridade política é antes de tudo legítima e provida dos atributos necessários para desempenhar suas funções. Ao destinatário político cabe reconhecer (*aceitação pública*) ou não (*baixa popularidade*).

Podemos, então, constatar que uma das regularidades o discurso político é a imagem que o sujeito enunciador faz de sua inscrição em determinado lugar social, autorizando-se a falar. Para isso, uma série de imagens são projetadas, produzindo, por efeito de sentido, uma figura do enunciador como aquele que sabe do que fala e por isso pode falar. Como podemos ver em 13 – “*tenho possibilidade de fazer muito mais, primeiro porque já aprendi muito, segundo porque já sei, agora, todos os caminhos das pedras*” –, o sujeito é constituído como detentor de um *saber específico* – *todos os caminhos das pedras*.

sd 15 - A verdade **verdadeira** é que o que houve **mesmo** foi o aumento de arrecadação. Porque você falar de controle fiscal num país como o Brasil é um quase nonsense, porque é um país que tem pobreza, que tem carências sociais e demanda. Então, **não há como** cortar o gasto público. **O que você consegue fazer** é um duro equilíbrio. Mas, se você não aumentar a tributação, você vai fazer o quê? **Vai matar gente, crianças**. Não é uma decisão de um país organizado, rico, em que se diz: neste ano eu vou controlar. **Aí, morre mais**

criança. Não se pode fazer isso. Em tese você poderia, mas, na prática, você não vai poder fazer isso porque você tem outras responsabilidades que não são fiscais. São sociais. (Fernando Henrique Cardoso, entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, 19/12/2002)

sd 16 - Olha, eu **tenho muita experiência** em tratar de enchentes, porque fui vítima de enchentes durante muito tempo na minha vida. Então, eu sei o que é perder fogão, o que é perder geladeira, o que é ver rato passando dentro da água, correndo para se salvar, sei o que é tirar pessoas mais idosas quando estão com água quase pelo pescoço. É uma vida muito dura, eu fico chocado quando vejo a água entrar na casa de uma pessoa. Então, eu acho que **é preciso uma ação combinada**, de investimentos em saneamento básico, de investimentos em habitações em lugares mais adequados, de canalização dos córregos que podem ser canalizados. (Luís Inácio Lula da Silva, Programa de Rádio Café com o presidente, 26/01/2004)

O saber específico que autoriza o discurso político pode funcionar, como verdade (sd 15) – “a verdade verdadeira”; “o que você consegue fazer é um duro equilíbrio” – com a qual não se pode discordar – “falar de controle fiscal num país como o Brasil é um quase nonsense”; “mas, se você não aumentar a tributação, você vai fazer o quê? Vai matar gente, crianças” – que funciona como uma verdade prévia. Mas pode também construí-la na enunciação, como em 16, articulando uma *experiência de vida* – “eu tenho muita experiência em tratar de enchentes, **porque** fui vítima de enchentes durante muito tempo na minha vida” – a partir do qual se projeta um saber – *eu sei o que é perder fogão, sei o que é tirar pessoas mais idosas quando estão com água quase pelo pescoço* – que autoriza o discurso político, projetando uma imagem de um agente político que rege o social - “**então**, eu acho que é preciso uma ação combinada”. De qualquer forma, o lugar social é ocupado por um sujeito investido de um amplo saber-poder que autoriza e garante a inscrição do sujeito no lugar social ocupado. Esse saber, no entanto, não é o mesmo. Esses dois discursos configuram diferentes modalidades de saber. Se em 15 a construção do saber que o agente político detém e que o autoriza a falar se dá como conhecimento técnico, constituindo um saber abstrato, em 16, o saber construído funciona como experiência de vida. Essas diferentes modalidades de saber produzem diferentes sentidos, podendo construir uma relação assimétrica que se assemelha a relação professor/ aluno (sd 15) ou uma relação pautada no compartilhamento das experiências vividas pelo agente político e a “realidade” vivida pelo povo (sd 16).

Em uma situação de pronunciamento mais formal podemos ver a figura do agente político como detentora desse saber específico necessário.

sd 17 - Essa é a minha visão do País para o século XXI. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós. Não há milagres nesta área. **O caminho é conhecido** e será percorrido com persistência. **O rumo está certo**. As políticas são coerentes. Já começam a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário. (Fernando Henrique Cardoso, discurso posse 1999)

A *posse* desse “saber específico”, garante legitimidade ao discurso político. O agente político é constituído como aquele que sabe o que está falando e, por isso, está autorizado a reger o social. Como vimos com Véron (1987), o discurso político *é um discurso de persuasão no que concerne o paradesinatário*. Diremos que esse efeito de persuasão é produzido por sintagmas nominais que congregam uma totalidade, onde a exclusão implicaria excluir-se da própria condição de cidadão brasileiro. Construindo uma unanimidade, o sujeito do discurso político produz um efeito de verdade, que autoriza aquilo que diz, desautorizando uma *possível* voz discordante.

O discurso político constrói uma subjetividade que configura um sujeito detentor de um *poder de ação* sobre o social, desse modo, é por meio do agente político, e só por ele, que se pode *mudar* o social. Esse poder de agir sobre o social traz consigo a *necessidade* de mudar o social.

sd 18- Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, **a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.**

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2003)

É próprio ao discurso político apontar necessidade de mudança, construindo a necessidade de um *outro* caminho diferente, melhor, que só vai ser possível pela ação direta

do agente político (e é por isso que ele foi eleito).

Sendo o agente político construído discursivamente como aquele que sabe do que fala e por isso pode não só falar como operar mudanças no social, a imagem que aí se constrói do referente discursivo produz um efeito de transparência.

sd 19 - Então é muito forte essa desigualdade. Agora, como é que você combate isso? **Primeira coisa é dar educação.** O que nós fizemos para melhorar a desigualdade? Não é agora, isso não resolve de um dia para o outro, não é decreto. **Educação, por quê? Porque** a chance de a pessoa subir na escala social é maior. E no futuro, como dissemos a pouco, o conhecimento é que vai valer mais como riqueza. Se você conseguir educar já melhora. Nós conseguimos colocar quase todas as crianças na escola, 98% das crianças estão na escola, para acabar com o analfabetismo. Isso é um fator para diminuir a desigualdade futura. Ponto dois: terra. O que nós fizemos com a terra? Há uma concentração de propriedades muito grande no Brasil, é menor do que se dizia, porque muito disso foi visto aqui no censo que nós fizemos. Era no cartório. Era grilagem de terra que não existia para pegar o papel e para ir depois no banco e servir de fundamento para pegar empréstimo. E isso na gestão do Raul Jugman [ex- ministro de políticas fundiárias e desenvolvimento agrário] e agora na do José Abraão. Isso acabou, quer dizer, os cartórios caíram. E então, diminuiu uma falsa desigualdade, mas existe ainda a concentração. O que nós fizemos? Dar terra a quem não tem terra. Que nós fizemos? Pusemos 600 mil famílias no campo [através de programas de reassentamento]. Demos terra. Isso é você alterar a propriedade. Agora, isso leva tempo para ser feito, mas **o Brasil tem as políticas para melhorar a desigualdade no tempo.** (Fernando Henrique Cardoso – programa Roda Viva – 2002)

sd 20 - Depois da desvalorização, houve uma corrida aos bancos em fevereiro. Como se resolve? **Hoje, para poder fazer funcionar** uma economia como a brasileira, que já é relativamente integrada aos circuitos internacionais, **você tem que ter credibilidade.** É uma coisa que **custa a gente admitir**, uma inversão de uma das frases do Augusto Comte. **Agora, é o contrário**, somos dirigidos pelo futuro. (Fernando Henrique Cardoso, entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, 19/12/2002)

Constrói-se discursivamente uma posição de sujeito a partir da qual não só se é capaz de explicar a realidade, de maneira que essa realidade se torne compreensível aos interlocutores do discurso político, mas também de apresentar a solução de maneira simples, esquematizada, “escolar”: *primeira coisa é dar educação; ponto dois: terra* (a solução para desigualdade: 1- educação; 2- terra). Conduz-se o interlocutor a uma linha de raciocínio (única possível). Este funcionamento é bastante semelhante ao discurso

pedagógico, uma vez que o sujeito enunciador incorpora um *tom didático*¹⁸ (ZOPPI-FONTANA, 1997). A partir desse tom didático, o sujeito enunciador explica aquilo que é e não é – “É uma coisa que custa a gente admitir, uma inversão de uma das frases do Augusto Comte. Agora, é o contrário...”; constituindo-se como detentor de um saber teórico/abstrato, que o coloca em desnível em relação ao *outro*, que por ele é representado. Produz-se discursivamente a figura de um enunciador que fala *em nome de* todos: “o Brasil tem as políticas para melhorar a desigualdade no tempo”. No entanto, esse não é o único meio de se produzir imaginariamente, no discurso político, um efeito de transparência.

sd 21 - E o que nós fizemos, para o brasileiro entender bem, nós demos uma trucada. Ou seja, nós estávamos com o zape na mão. Ou seja, nós pegamos 70% da pauta dos americanos, 70%, e transformamos em nossa pauta. (Luiz Inácio Lula da Silva, entrevista coletiva às rádios, no Palácio do Planalto, Outubro de 2003)

Na sd acima, o efeito de transparência se dá na passagem entre uma enunciação política (“nós pegamos 70% da pauta dos americanos, 70%, e transformamos em nossa pauta”) para um enunciação mais próxima do povo (“nós demos uma trucada. Ou seja, nós estávamos com o zape na mão”). Isto porque, tanto neste caso como nas sds anteriores, o sujeito desses discursos faz funcionar uma imagem de realidade transparente uma vez olhada do lugar diferenciado próprio ao agente político.

Uma vez que estamos analisando o discurso político, levando em conta a tripla destinação de que fala Véron produzindo três destinatários distintos, ou distinguíveis, o prodestinatário, o contradestinatário e o paradestinatário que, como dissemos anteriormente, configura imaginariamente a *totalidade dos representados*, seria importante introduzirmos a figura do porta-voz, que constitui o sujeito do discurso político, como

18 Retomaremos a análise desse tom didático incorporado pelo discurso político no capítulo seguinte a partir da análise dos modos de . Por ora, usamos o conceito de tom tal como definido por Maingueneau: “O tom está necessariamente associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O “caráter” corresponde a este conjunto de traços “psicológicos” que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. Para o humanismo devoto, este “caráter” será o de um homem essencialmente comedido e sociável. Bem entendido, não se trata aqui de caracterologia, mas de esteriótipos que circulam em uma cultura determinada. Deve-se dizer o mesmo a propósito da “corporalidade”, que remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura” (Maingueneau , 1997: 46-47)

mediação da palavra política a partir de uma

contradição constitutiva do funcionamento discursivo da figura do porta-voz, que se caracteriza por um movimento pendular de inclusão (como ator participante) e exclusão (como testemunha do acontecimento) do porta-voz do/no grupo do qual ele é o centro visível. (ZOPPI-FONTANA, 1997: 79)

Quando estivermos analisando as particularidades do DFH e do DL, a figura do porta-voz vai ser de grande valia. Por ora, basta entendermos que o sujeito do discurso político, neste trabalho, oscila entre um *nós inclusivo* (através do qual o porta-voz desempenha o papel de *ator participante*), um *eu-presidente/ nós-governo* que marca um certo desnível entre representante e representados, e um *nós* no qual o locutor não se inclui, que funciona agrupando a totalidade dos representados em nome de um “bem maior”.

sd 22 - Mas também é forçoso reconhecer que **temos** as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. **Gastamos** mais do que arrecadamos. Enquanto não **equilibrarmos** nossas contas, a cada turbulência da economia internacional **pagaremos**, como **temos** pagado, preço elevado. Assim como **não hesitei em tomar as medidas necessárias** para defender o Real, **não hesitarei em fazer o que for preciso** para pôr fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse 1999)

sd 23 - **Cada um de nós, brasileiros**, sabe que o que **fizemos** até hoje não foi pouco, mas sabe também que **podemos** fazer muito mais. Quando **olho a minha própria vida** de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, **que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei**, com toda a clareza e com toda a convicção, **que nós podemos muito mais**. E, para isso, **basta acreditar** em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2003)

Nesses recortes, o *nós* constitui imaginariamente uma totalidade que apaga as diferenças e distribui igualmente as responsabilidades – de *equilibrar* as contas, de *fazer mais* pelo país; em nome de um “bem maior”, e é em nome desse “bem maior” que o

sujeito do discurso (seqüência discursiva 22) constitui-se como não só “testemunha do acontecimento”, daquele que vê de fora mas também como detentor de um poder de fazer qualquer coisa em nome daquilo que é “necessário” – *É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.*

Neste capítulo fizemos trabalhar algumas regularidades do discurso político de uma maneira geral tomando recortes do DFH e do DL. Podemos dizer que, com base nas análises que desenvolvemos neste capítulo, algumas características/ traços do discurso político contemporâneo são: estar num entre-lugar metafórico- metonímico, apresentando a predominância ora de um, ora de outro; configurar um modo de dizer didático; ser enunciado com base num saber-poder construído no interior do próprio discurso; ter uma flutuação entre um nós-inclusivo e um nós-exclusivo.

No próximo capítulo pretendemos observar as especificidades desses dois discursos em relação à representação política e aos modos de dizer (AUGUSTINI, 2007). Nosso intuito é ver funcionar, nesses discursos, uma língua política (GUILHAUMOU, 1987) que permite aos seus respectivos sujeitos operar os aparelhos do Estado.

CAPÍTULO 3

DISCURSOS DE PRESIDENTE E LÍNGUA POLÍTICA

No capítulo anterior, observamos algumas regularidades do funcionamento do discurso político de uma maneira geral. Considerando as quatro ilusões propostas por Le Bart (1998) (tomar a realidade social como transparente, a autoridade política como legítima que controla os fenômenos sociais e considerar a totalidade dos cidadãos formando uma comunidade apagando-lhes a diversidade) que funcionam no discurso político, analisamos, no capítulo anterior, brevemente o DFH e o DL. Neste capítulo, vamos analisar as regularidades de um discurso político específico, o presidencial, considerando as especificidades próprias ao discurso político enunciado do lugar social de presidente.

Uma primeira especificidade que podemos postular ao discurso político presidencial de maneira geral diz respeito à destinação deste discurso. Este discurso, em geral, pressupõe uma *destinação total*, que reflete na construção da imagem do próprio sujeito enunciativo como representante de uma totalidade.

Como dissemos, com base nas categorias propostas por Véron (1987), o discurso político supõe uma tripla destinação: o prodestinatário, que funciona, como aliado político; o contradestinatário, que constitui a voz dissonante; e o paradestinatário, que funciona, no discurso político presidencial, como, cidadãos, brasileiros, sociedade brasileira, *etc.*. Observemos as seguintes sds:

sd 1 - **Todos** percebem hoje por que nossa transição foi mais lenta, e por vezes mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia. Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da **sociedade** para mudar. **Ela** sabe o que quer e para onde devemos ir. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1995)

sd 6 - **O Brasil** espera com impaciência por uma nação mais justa.

Esta é a esperança que leio **nos olhos dos milhares de brasileiras e brasileiros** que encontro em minhas andanças pelo País. Estas são **as vozes que ouço nas ruas**. Esta foi a missão que recebi nas urnas. Esta foi a mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sérgio Motta, companheiro de uma vida de lutas: “Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País”.

Eu assim o farei. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1999)

sd 8 - O que nós estamos vivendo hoje neste momento, **meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil**, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil **consigo mesmo**.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido **a cada cidadão e cidadã** deste País no dia a dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro! (Luís Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2003)

sd 24 - Hoje, os trabalhadores conquistaram não apenas o direito de fazer acordos salariais melhores do que faziam antes, os trabalhadores conquistaram um aumento de salário mínimo que é o maior dos últimos 30 anos, os trabalhadores conquistaram o direito de entrar nesta Casa como se esta Casa fosse a casa deles, porque não pode ser diferente, o palácio de um governo tem que ser o palácio **do povo brasileiro**. Eu sinto orgulho, porque normalmente os palácios presidenciais são feitos para um determinado tipo de gente e, na minha concepção, o palácio do Presidente da República precisa receber rainhas, precisa receber reis, precisa receber príncipes, precisa receber empresários, pequenos, grandes e médios, precisa receber deputados, senadores, governadores, mas este Palácio precisa se habituar, a partir do meu governo, a receber aqueles que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos, para reciclar e fazer desse trabalho penoso a sua sobrevivência com dignidade. Este Palácio precisa aprender a receber as minorias marginalizadas deste País. Este Palácio precisa aprender a receber os negros, os índios, as mulheres. E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio, quanto mais entrar nele. E fazemos isso porque queremos consolidar a democracia brasileira de tal forma, numa relação sadia e produtiva com **a sociedade**, participando das conferências nacionais, ouvindo **o povo**, porque é com a sabedoria popular que o governante aprende a errar menos e a acertar mais, e vou continuar governando desse jeito: ouvindo cada vez mais, porque eu aprendi que, na sua sabedoria divina, Deus fez a gente com uma boca para falar menos e dois ouvidos para escutar mais, e isso falta um pouco na política nacional. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso no parlatório, 31/12/2006)

A construção de um destinatário total apaga/ silencia qualquer marca de singularidade, homogeneizando a destinação desse discurso sob um *nome* comum: “todos”, “a sociedade”, “o Brasil”, “milhares de brasileiras e brasileiros”, no DFH; e “meus

companheiros e minhas companheiras”, “meus irmãos e minhas irmãs”, “o Brasil”, “cada cidadão e cidadã”, “povo brasileiro”, o povo, sociedade. Representa-se uma totalidade que, concomitantemente, define o sentido do “todo” que passa a significar *estar ali representado*.

Nas sds 1 e 6, a totalidade é configurada por termos institucionais (sociedade, voto nas urnas) que, ao mesmo tempo em que homogeniza esta totalidade, constrói uma determinada forma de representação política, na qual locutor e alocutário são definidos numa relação irreversível de destinação.

Na sd 1, observamos dois “nós” distintos funcionando: nós-os-brasileiros (“nossa transição foi mais lenta”) e nós-governo (“temos o apoio da sociedade para mudar”). O primeiro tem como efeito induzir uma unidade da pluralidade na qual o alocutário não tem como não estar ali representado. A esta caracterização, soma-se um sujeito enunciador *compreensivo*, que *entende* o processo re-democratização e por isso pode dizer “nós”. Este “nós” não funciona como associação de um “eu” e uma “não-pessoa” como vimos com Benveniste ([1989] 1995), mas tem como efeito impessoalizar, estabelecendo um efeito de voz concordante, que condiz à totalidade aí configurada. Isto autoriza o sujeito desse discurso a enunciar o segundo nós, configurando-se como agente responsável pela continuidade dessa mudança.

Na sd 6, fica evidenciada a constituição da figura de líder por intermédio, também, da compreensão da realidade (“**leio** nos olhos dos milhares de brasileiras e brasileiros que encontro”) e da legitimidade da figura do presidente (“a **missão** que **recebi** nas urnas”), que é, como podemos ver, conferida por instâncias institucionais. A legitimidade da figura desse sujeito enunciador, inscreve esse discurso (DFH) na linha da História: ““Não se apegue. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País”. Eu assim o farei”. Configurando o sujeito do DFH como um líder, capacitando a agir sobre o social.

Já nas sds 8 e 24, locutor e alocutário são categorias construídas a partir da relação de proximidade entre representante e representados: ser cidadão é estar ali representado, *irmanado*. Neste discurso estabelece-se uma pretensa relação de interlocução que configura o sujeito enunciador como parte do grupo do qual se destaca para representar.

É nessa medida que, o “nós” funciona como associação entre o “eu” e os destinatários deste discurso, os brasileiros.

Na sd 24 podemos observar que o sujeito enunciador é constituído por um saber específico (*sabedoria popular, sabedoria divina*) que é próprio do grupo o qual representa. A “sabedoria divina” se faz presente também na sd 8: “peço a Deus sabedoria **para governar**, discernimento **para julgar**, serenidade **para administrar**, coragem **para decidir** e um coração do tamanho do Brasil **para me sentir unido** a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos”. Usando da estrutura de uma oração, o sujeito enunciador do DL legitima sua inscrição no lugar social de presidente. Estabelecendo uma relação entre discurso religioso e enunciação/ língua política de finalidade, que dissolve um provável carácter *racional* da língua política.

O sujeito enunciador do DL é configurado como parte do povo, seu grupo originário, do qual se destaca de para representar – “ hoje é o dia do **reencontro** do Brasil **consigo** mesmo”. A partir do termo “**re-encontro**” estabelece uma representação sustentada no povo, que tinha perdido o poder de representação, mas agora o reconquistou, através da figura de um porta-voz.

Antes, no entanto, de estudarmos as especificidades do DFH e do DL, gostaríamos de introduzir a noção de língua política concebida por Guilhaumou (1989), no livro *La Revolution Française e la langue politique*, no qual o autor vai retomar o processo que culminou na constituição de uma enunciação/ língua política pra operar os aparelhos do Estado na França pós-revolução, analisando a maneira de se textualizar o político. A partir dos processos observados pelo autor de metonímia e metáfora política, vamos analisar o estatuto da palavra do representante no DFH e DL.

3.1 Língua Política

A Revolução Francesa não foi só um movimento político de tomada de poder, mas também de criação de uma identidade nacional que unificasse a França como um todo. Esse movimento tinha como intuito pôr fim à dominação feudal-monárquica e restituir à

maioria o poder político. A revolução não tinha, entretanto, intuito de ser comunista e estava substituindo uma forma de relação política (monarquia/ povo) por outra (revolucionários-burgueses/ povo).

Para que esta nova forma tivesse, aos olhos dos revolucionários burgueses, mais *valor* do que a antiga, sendo assim mais facilmente aceita, era necessário que o povo fosse representado. Entretanto, a França não possuía uma língua unificada que possibilitasse a construção de uma identidade nacional e nem política. Os revolucionários burgueses fizeram, então, não só uma revolução política mas também uma revolução lingüística

no sentido próprio do termo, posto que a “mudança de mundo” (materializada em alguns anos pela queda da realeza a construção de um novo aparelho político, jurídico-administrativo e militar) é também profundamente marcado pela empresa política do “francês nacional”(PÊCHEUX [1982] 1990)

No livro de Guilhaumou, o autor retoma o trabalho de Rousseau¹⁹ sobre a figura do contrato social observando a discursividade da constituição da sociedade civil e do poder político. A língua/ enunciação política era a falada pelo legislador; tratava-se de uma modalidade específica de textualizar o político, a partir de dois funcionamentos que definiam o estatuto da palavra política como metáfora ou metonímia política, isto é, substituição ou tradução da língua legítima do povo.

A interpelação política dos indivíduos, já interpelados juridicamente como cidadãos, em povo, constitui o ato da legitimação da sociedade civil. Este ato é anterior ao ato de constituição do poder político pela eleição dos representantes e, portanto, único fundamento da sociedade civil, para Rousseau. Dessa forma, a palavra do representante vai ser legítima uma vez que ela coincida com a linguagem legítima do povo representado. Portanto, a língua do saber político para ser legítima teria que ser a *expressão* jurídico-institucional da língua legítima do povo, ou seja, língua do saber político = língua do povo (GUILHAUMOU, 1989, p. 22); o legislador não substituiria a língua legítima do povo, mas a *continuar*ia.

Para Guilhaumou, essa representação política defendida por Rousseau, não

¹⁹ Em *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1753).

apaga os processos metafóricos da constituição do poder político e tem por consequência definir a palavra do representante como tradução imediata da palavra (não articulada) do povo, com base no que Guilhaumou vai chamar de uma *retórica do povo em ato*. Dessa maneira, os processos metonímicos funcionariam de modo a impedir que os processos metafóricos de substituição da palavra do povo tomassem conta da figura do representante político, fazendo com que a palavra do representante seja construída discursivamente como coincidente com a palavra legítima do povo.

O que legitima a palavra do representante que funciona por processos metonímicos é uma projeção imaginária de uma coincidência entre a língua do saber político com a língua legítima do povo. Por outro lado, o que legitima e sustenta a palavra do representante nos processos metafóricos de representação política são os aparelhos jurídico-institucionais do Estado. Isto é, se nos processos metonímicos a palavra do representante funciona como retórica do povo em ato, nos processos metafóricos ela funciona como uma linguagem técnica, administrativa, pautada no jurídico.

Neste trabalho, analisaremos a constituição de uma imagem de língua política ideal que funciona para o lugar social de presidente. Ao falarmos em língua política, não estamos pensando em língua no sentido estrito da palavra, mas numa *enunciação política*, compreendida a partir de *modos de dizer* (AUGUSTINI, 2003). Estes modos de dizer são configurados pelos sentidos que constituem o lugar social de presidente e funcionam como *meios* do locutor realizar o ato social (e jurídico) de instituir/ legitimar a língua política.

3.2 O lugar de presidente: um lugar institucional

Nesta seção, vamos analisar o(s) modo(s) de dizer do DFH, que como vimos até agora, constitui a legitimidade de sua posição de sujeito por intermédio de categorias institucionais que definem locutor e alocutário ao mesmo tempo em que estabelece uma determinada relação entre eles.

sd 25 - O fundamental nas democracias, entretanto, é o **apoio da maioria**. Este apoio,

recebi nas **urnas pelo voto popular** e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1999)

O alocutário deste discurso é constituído pela instância institucional das eleições (urnas, voto) que não o determina senão como eleitor. É a partir desse lugar que o “povo” é configurado. A relação que estabelece entre alocutário e locutor, eleitores e presidente não é linear, onde o presidente continuaria a “língua do povo”. Aqui, a função do alocutário é autorizar (ou não), pelo voto, a inscrição de um indivíduo no lugar social de presidente. Poderíamos dizer que a posição de sujeito do sujeito inscrito neste lugar é, de antemão, suficientemente autorizada pelo voto. No entanto, nos discursos políticos presidenciais observamos que a legitimação da posição de sujeito que interpreta o lugar de presidente é um processo discursivo que envolve outros critérios além do institucional.

sd 26 - Pertencço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos tenentes revolucionários da Velha República. Essa chama eu vi brilhar nos olhos do meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha “O petróleo é nosso”, como já brilhara no fim do Império nos olhos do meu avô, abolicionista e republicano. Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira. Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a História dá voltas que nos confundem. Os “anos dourados” de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta. Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E, depois, nem isso, mas somente o legado – este, sim, para todos – de uma dívida externa que amarrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980. Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça – justiça, liberdade e desenvolvimento – andariam juntos nesta terra. Eu nunca duvidei de que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liderar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1995)

Na sd acima, funcionam diversos pronomes “eu” com designações distintas. O primeiro chamaremos de “eu-estudante” (“para os estudantes que jogavam, como **eu**, todo o seu entusiasmo nessas lutas [por um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo]”, “asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira”) mescla a primeira pessoa e a terceira do plural que designa a classe de estudantes da qual o sujeito enunciador faz parte. O segundo, chamaremos “eu-pai-de-família” (“assim **eu** vi **meus** filhos nascerem, e **meus** netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça...”), onde observamos a passagem do tempo (a vida passando, filhos e netos nascendo) e simultaneamente a ação do “eu-cidadão” que sonha e luta por um país melhor. A pluralidade de designações constrói a posição de sujeito do DFH para lugar social de presidente, “eu-presidente” (“**eu** nunca duvidei de que esse dia chegaria. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje”). Esse percurso inscreve o sujeito do DFH na linha da História como expectador e agente. Nesse sentido que podemos observar uma relação entre “pertencço a uma geração que cresceu embalada pelo **sonho de um Brasil** que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo” e “escolhido pela maioria dos meus concidadãos para **liderar** a caminhada **rumo ao Brasil dos nossos sonhos**”. Esta relação constrói, ao mesmo tempo, a posição de sujeito do DFH como um líder, e a do destinatário deste discurso através de um “nós” que agrupa a totalidade dos representados sobre uma voz que não pode senão concordar.

Se no início do primeiro mandato a posição de sujeito do DFH está sendo construída, no segundo mandato ela aparece como *já* constituída e legitimada.

sd 14 - Para governar o Brasil, você tem de ter determinação e também compreensão, tolerância para a diversidade. No ano passado eu ganhei a eleição com maioria absoluta, e hoje eu estou com baixa popularidade. E caiu por uma razão objetiva, pela questão econômica. Eu não sou iluso, como eu não gosto da coisa carismática, isso não é democrático, eu nunca quis ser líder carismático, eu nunca fui vendedor de ilusões, não é meu estilo. Isso pode acontecer? Pode. Quantas vezes o Brasil colocou gente desse estilo no governo? Mas agora eu pergunto se deu certo. Conseguiram fazer as mudanças que eu estou fazendo? Conseguiram avançar no social como eu estou avançando? (Fernando Henrique Cardoso, entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, 19/12/1999).

sd 27 - Por que eu cheguei a presidente e fui presidente duas vezes? E, antes de ser presidente, consegui também ter um certo papel na política brasileira? Porque apresentamos ao Brasil uma visão e uma saída. O Brasil estava num momento de grande desorganização: do aparelho do Estado, da economia, inflação. E veio uma proposta que ganhou apoio na sociedade. A eleição vem depois. Essa proposta implicava a transformação do Estado, a continuidade da abertura (eu, na verdade, abri muito pouco a economia, quase que fechei mais do que abri), a integração da economia brasileira no sistema internacional, um conjunto de reformas e uma modificação muito profunda da relação entre o governo e a sociedade, o Estado e a sociedade, um Estado menos assistencialista, menos clientelista. Como houve uma série de acontecimentos internacionais e nacionais, a desvalorização da moeda, processos de desgastes políticos e brigas no Congresso, acusações infundadas, mas freqüentes, com tudo isso você vai perdendo a capacidade de convencer os outros do que você está fazendo. O PT conseguiu desgastar bastante, dar uma versão do que estava acontecendo que não correspondia necessariamente ao que estava acontecendo, mas que pegava, tinha apelo. O PT conseguiu ganhar a luta para, digamos, simbolicamente e também politicamente, criar um outro discurso, que foi eficaz para impedir que se pudesse passar o que estava sendo feito. (Fernando Henrique Cardoso, entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, 19/12/2002)

A sd 27 retoma as eleições de 1994 e 1998, nas quais Fernando Henrique Cardoso foi eleito, mostrando uma posição de sujeito que se adequou ao (à) aquilo esperado para o) lugar social de presidente. Por ser dita no fim do segundo mandato, o sujeito do DFH retoma as ações que autorizaram sua inscrição neste lugar: “a transformação do Estado”, “a continuidade da abertura”, “a integração da economia brasileira no sistema internacional”, “um conjunto de reformas”, “uma modificação muito profunda da relação entre o governo e a sociedade, o Estado e a sociedade”, modificação para “um Estado menos assistencialista, menos clientelista”. Da mesma forma, na sd 14 a posição de sujeito do DFH é apresentada como *já* legitimada por intermédio de perguntas retóricas (“conseguiram fazer as mudanças que eu estou fazendo?”, “conseguiram avançar no social como eu estou avançando?”) que autorizam esta posição em detrimento de outras (possíveis) como a de “líder carismático”.

Em ambas as sds, a perda de popularidade (sd 14) ou da eleição (sd 27) por parte do partido, já que o então presidente Fernando Henrique Cardoso já não podia mais se reeleger, não deslegitima a posição de sujeito do DFH, diz mais respeito à concepção dos representados. Na sd 14, a legitimidade da inscrição desse sujeito no lugar social em

questão é construída como uma competência do indivíduo (“você tem de ter **determinação** e também **compreensão, tolerância** para a diversidade”), considerando que mesmo imbuído dessa competência, esta pode não ser **reconhecido**, configurando o povo como aquele que se engana facilmente (por um “vendedor de ilusões”). Na sd 27, a questão é também de um não reconhecimento por parte dos representados da legitimidade da posição de sujeito do DFH mesmo ela sendo legítima. Este 'não reconhecimento' é constituído como um trabalho da oposição, especificamente do PT, de impedir aos representados enxergarem a realidade (“criar um outro discurso, que foi eficaz para impedir que se pudesse passar o que estava sendo feito”). Nesse sentido, concordar com o sujeito enunciator do DFH é necessário não para autorizar a posição de sujeito deste discurso, mas para produzir uma imagem de representados que seja adequada.

sd 28 - O apoio mais importante, na verdade, não é ao Governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e **o apoio de todos ao Brasil**. Essa verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade. O Governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1995)

Fazer eco ao DFH implica em ser brasileiro, em se tornar cidadão. Uma coisa que notamos é que a noção de cidadania, de cidadão, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) está em processo de construção, um processo que diz diretamente respeito à ação do agente político.

sd 29 - Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, **mais capacitados vão estar para o exercício da cidadania**. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1995)

sd 30 - Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TVs numa verdadeira cruzada nacional pelo **resgate da cidadania** através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural. Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do Governo. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1995)

sd 31 - Por que eu estou dizendo tudo isso? Porque nós vamos continuar lutando e vamos ganhar. O Brasil não pode ficar contente com um resultado que faz com que, agora, as pessoas possam se aposentar com 40 anos. Nem o Brasil, nem cada **cidadão brasileiro**, porque quem vai pagar é o povo. Quem paga, sempre, é o povo, porque o Governo não fabrica dinheiro, é imposto. Então, nós vamos lutar, porque estou aqui há anos batalhando, com energia. Continuo com energia e acho que nós vamos reverter tudo isso.

Por que eu estou dizendo isso? Primeiro, pelos dados que já apresentei, de que nós temos maioria e maioria sólida. (Fernando Henrique Cardoso, pronunciamento sobre a votação da reforma da Previdência, 7/ maio/ 1998)

Nas sds 29 e 30, “os brasileiros”, “o povo” não são ainda configurados como cidadãos: “mais capacitados **vão estar** para o exercício da cidadania”, “**resgate** da cidadania”. A locução verbal “vão estar” estabelece antecipação do futuro por meio de um condicionamento ao acesso à informação e à educação. Uma vez que o brasileiro tenha informação e educação ele poderá exercer a cidadania. Esse condicionamento é estabelecido pelo verbo nominalizado “o resgate”, que remete a uma cidadania já existente, mas que não é exercida (porque falta educação).

Na sd 31, um pronunciamento feito já no fim do primeiro mandato, podemos ver que os representados (“o povo”) já aparecem configurados como cidadãos: “nem **o Brasil**, nem cada **cidadão brasileiro**, porque quem vai pagar é **o povo**”. Neste trecho que acabamos de destacar desta sd vemos que se estabelece uma equivalência entre “o povo” e “cada cidadão brasileiro” que nos permite dizer que o povo se tornou cidadão. Observamos também que estes termos não se equivalem ao “Brasil”, este funciona no lugar do eu-presidente e do nós-governo. A este respeito observemos as seguintes sds:

sd 32 - Mais do que nunca, é necessário que **o Brasil** saiba identificar os **seus** interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. **O interesse nacional**, hoje, não se coaduna com isolamento. **Afirmamos nossa soberania** pela participação e pela integração, não pelo distanciamento. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1999)

sd 33 - Por exemplo, com relação a Cuba: **o Brasil** sempre teve uma posição muito específica sobre Cuba e **eu** nunca **tive** nenhuma pressão do governo americano, direta ou indireta, por causa das opiniões que **o Brasil** tem a respeito de como comportar-se com Cuba. Mesmo com relação à Venezuela, onde mais de uma vez **eu** até **atuei** para amenizar choques e nunca ninguém veio dizer: “Olha **o Brasil**”! Não! **O Brasil sabe se colocar**.

(Fernando Henrique Cardoso – programa Roda Viva – 2002)

No DFH, observamos a presença de uma intercambialidade entre eu-presidente/nós-governo e “Brasil”, o que não quer dizer que Brasil sempre aparece designando o sujeito do DFH, uma vez que designa também (a totalidade dos) os brasileiros, como também o país (espaço físico). Nas sds 32 e 33, esta relação é estabelecida pela intercambialidade entre “o Brasil” e a primeira pessoa do plural (32) ou do singular (sd 33). Observe as seguintes paráfrases:

sd 32' - Mais do que nunca, é necessário que **nós(-governo) saibamos** identificar os **nossos** interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. **Os nossos interesses**, hoje, não se coadunam com isolamento. **Afirmamos nossa soberania** pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

sd 32" - Mais do que nunca, é necessário que **o Brasil** saiba identificar os **seus** interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais. **O interesse nacional**, hoje, não se coaduna com isolamento. **O Brasil** afirma **sua soberania** pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.

sd 33' - Por exemplo, com relação a Cuba: **eu(-presidente)** sempre **tive** uma posição muito específica sobre Cuba e **eu** nunca **tive** nenhuma pressão do governo americano, direta ou indireta, por causa das opiniões que **eu tenho** a respeito de como **me** comportar com Cuba. Mesmo com relação à Venezuela, onde mais de uma vez **eu** até **atuei** para amenizar choques e nunca ninguém veio dizer: “Olha **o presidente**”! Não! **O presidente sabe se colocar**.

Sd 33" - Por exemplo, com relação a Cuba: **o Brasil** sempre teve uma posição muito específica sobre Cuba e **o Brasil** nunca **teve** nenhuma pressão do governo americano, direta ou indireta, por causa das opiniões que **o Brasil** tem a respeito de como comportar-se com Cuba. Mesmo com relação à Venezuela, onde mais de uma vez **o Brasil** até **atuou** para amenizar choques e nunca ninguém veio dizer: “Olha **o Brasil**”! Não! **O Brasil sabe se colocar**.

Nas paráfrases das sds 32 e 33, vemos que, de fato, estabelece-se uma relação de intercambialidade entre “o Brasil” e “eu-presidente”/ “nós-governo”. Ao estabelecer esta equivalência, o sujeito enunciador do DFH é autoriza a falar em nome do país como um todo, construindo a este sujeito a figura de um líder.

Nas paráfrases 33' e 33", observamos o funcionamento da quarta-pessoa discursiva, da qual falamos brevemente no capítulo anterior. Com base em Indursky (1997),

dizemos que a quarta-pessoa discursiva *simula o não-preenchimento da forma-sujeito*,

É como se o sujeito do discurso dissesse: “O presidente, não eu, o presidente entende que...”. Ou seja, a *quarta-pessoa discursiva* permite que o sujeito fale de si mesmo como se falasse de um outro, realizando, assim *a disjunção entre o sujeito do discurso e o sujeito enunciador*. Tal dissociação afasta-o do papel institucional que exerce. Desse modo, *a quarta-pessoa discursiva representa um modo de indeterminar a superposição entre sujeito do discurso e o agente*. (INDURSKY, 1997, p. 87)

sd 34 - Talvez **o Presidente da República** não devesse mencionar certas questões que aumentam a demanda, mas o professor primário não pode continuar ganhando como ele ganha: é muito pouco. **Nós temos** que criar condições para que ele ganhe melhor, e **o Presidente** seria irresponsável se dissesse “Aumentem”, até porque quem paga o professor primário não é a União, é o município, é o estado. O estado e o município vão dizer: “Aumentar como, se eu não tenho recursos?” Então, **nós temos** que criar condições para ter recursos. Leva tempo, mas é preciso que o País sinta que a direção é essa, que o caminho é esse, que nós estamos criando condições para resolver esse problema. (Fernando Henrique Cardoso, discurso na cerimônia de lançamento do projeto “Acorda Brasil, está na hora da escola”, in Palavra de Presidente, vol. I, 17/ março/ 1995)

Na sd acima, “o presidente” e “nós-governo” não se equivalem. *Distanciando-se* do papel institucional que o sujeito do DFH exerce, coloca-se numa outra posição que o permite analisar seu papel institucional. Na sd 34, o sujeito enunciador dissociado de seu papel de presidente diz que um “o presidente talvez não devesse mencionar certas questões que aumentam a demanda”, mas menciona. Ao se dissociar sujeito do discurso e sujeito enunciador, o sujeito do DFH pode enunciar *qualquer coisa* a depender da posição em que se coloca:

sd 35 - Claro que **eu sou presidente da República**, e não perco essa condição, mas **sou membro do PSDB**. E quero ter essa conversa **mais como membro do PSDB que como presidente da república**. E queria lhes dizer que nós, quando fundamos o PSDB, tivemos uma série de discussões importantes sobre os rumos do Brasil e sobre as propostas do novo partido. Acho que nós precisamos retomar essas discussões, e com mais profundidade. (...) Mas nós não podemos ser só isso. Há uma famosa frase que eu mesmo tinha sugerido de que, não lembro se é no manifesto do PSDB, que diz que é “longe dos palácios e ouvindo o murmúrio das ruas”, uma coisa assim... Hoje, nós não podemos dizer que estamos longe dos palácios, mas não podemos deixar de ouvir o murmúrio das ruas. E essa é uma posição

nova, porque nós somos governo e nós temos, ao mesmo tempo, que ouvir a rua (...) E nós temos que assumir certas responsabilidades. Eu assumo responsabilidade pessoal, se quiserem, pela parcela que me toca, pelos erros e pelos acertos. Mas nós temos que evitar uma espécie de auto-indulgência, porque eu acho que a auto-indulgência não é boa conselheira. **Quando eu falo como presidente da República eu não posso estar falando disso. Eu tenho que falar com o Brasil. Então tenho que ter uma atitude sempre de defesa, e não posso abrir brecha** (Fernando Henrique Cardoso – seminário "Realizações e Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil", 29 de novembro de 1999)

Ao dizer, não da posição de sujeito do DFH, mas de um outro lugar (“como membro do PSDB”), o sujeito desse discurso se permite dizer coisas que não diria de seu próprio lugar. Isso projeta uma forma-sujeito que determina aquilo que um presidente pode ou não dizer. Esta forma-sujeito é organizada e significada no interior de uma FD determinada, a partir da qual interpreta-se o lugar social de presidente. Como vimos, as FDs determinam não só aquilo que pode ou não ser dito de um determinado lugar social, como também, o modo como se deve/ pode enunciar desse lugar, configurando modos de dizer (AUGUSTINI, 2007).

sd 15 - A verdade verdadeira é que o que houve mesmo foi o aumento de arrecadação. **Porque** você falar de controle fiscal num país como o Brasil é **um quase nonsense**, **porque** é um país que tem pobreza, que tem carências sociais e demanda. **Então**, não há como cortar o gasto público. O que você consegue fazer é um duro equilíbrio. Mas, se você não aumentar a tributação, **você vai fazer o quê? Vai matar gente, crianças?** Não é uma decisão de um país organizado, rico, em que se diz: neste ano eu vou controlar. Aí, morre mais criança. Não se pode fazer isso. **Em tese** você poderia, mas, **na prática**, você não vai poder fazer isso porque você tem outras responsabilidades que não são fiscais. São sociais. (Fernando Henrique Cardoso, entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, 19/12/2002)

sd 19 - Então é muito forte essa desigualdade. Agora, **como é que você combate isso? Primeira coisa é dar educação.** O que nós fizemos para melhorar a desigualdade? Não é agora, isso não resolve de um dia para o outro, não é decreto. **Educação, por quê? Porque** a chance de a pessoa subir na escala social é maior. E no futuro, como dissemos a pouco, o conhecimento é que vai valer mais como riqueza. Se você conseguir educar já melhora. Nós conseguimos colocar quase todas as crianças na escola, 98% das crianças estão na escola, para acabar com o analfabetismo. Isso é um fator para diminuir a desigualdade futura. Ponto dois: terra. O que nós fizemos com a terra? Há uma concentração de propriedades muito grande no Brasil, é menor do que se dizia, porque muito disso foi visto aqui no censo que nós fizemos. Era no cartório. Era grilagem de terra que não existia para pegar o papel e para ir depois no banco e servir de fundamento para pegar empréstimo. E isso na gestão do

Raul Jugman [ex- ministro de políticas fundiárias e desenvolvimento agrário] e agora na do José Abraão. Isso acabou, quer dizer, os cartórios caíram. E então, diminuiu uma falsa desigualdade, mas existe ainda a concentração. O que nós fizemos? Dar terra a quem não tem terra. Que nós fizemos? Pusemos 600 mil famílias no campo [através de programas de reassentamento]. Demos terra. Isso é você alterar a propriedade. Agora, isso leva tempo para ser efeito, mas **o Brasil tem as políticas para melhorar a desigualdade no tempo.** (Fernando Henrique Cardoso – programa Roda Viva – 2002, grifos nosso)

sd 36 - Eu quero governar junto com você que está me ouvindo agora. Por isso, toda terça-feira, vou conversar com você através do rádio. **E como é que vai ser essa conversa? Vai ser muito simples: vou explicar** o que o Governo está fazendo para consertar as coisas que estão erradas e para melhorar o Brasil. (Fernando Henrique Cardoso, Programa de rádio, 29/ abril/ 1995)

A posição de sujeito do DFH funciona partir de um modo de dizer didático-pedagógico que se estrutura em perguntas retóricas, permitindo ao sujeito enunciador deste discurso explicar a realidade social,

- a) Como é que você combate isso? Primeira coisa é dar educação.
- b) Educação, por quê? Porque a chance de a pessoa subir na escala social é maior.
- c) O que nós fizemos com a terra? Há uma concentração de propriedades muito grande no Brasil (...) O que nós fizemos? Dar terra a quem não tem terra. Que nós fizemos? Pusemos 600 mil famílias no campo E como é que vai ser essa conversa? Vai ser muito simples

Pontuando aquilo que é necessário fazer, aquilo que foi feito (que o governo fez), justificando algumas escolhas. Ao fazer isso, destinador e destinatário ficam em desnível tal como a relação professor/ aluno, na qual um detém *todo* um saber e precisa passar para o outro (que não sabe). Ao fazer isso, o destinatário é induzido a concordar com o sujeito enunciador:

- d) Mas, se você não aumentar a tributação, você vai fazer o quê? Vai matar gente, crianças?

O pronome “você” pode ser substituído por “se”, produzindo a impessoalização o sujeito deste discurso: “o que **você/se** consegue fazer é um duro equilíbrio”; “**você** não vai poder fazer isso porque **você** tem outras responsabilidades que não são fiscais” e “não **se** vai poder fazer isso porque **se** tem outras responsabilidades que não são fiscais”; “agora, como é que **você/se** combate isso?”. Vemos aqui funcionando a quarta-pessoa discursiva,

a substituição de *eu* ou *nós* por *ele* ou *se* simula o não-preenchimento da *forma-sujeito*, sendo esta mais uma das formas com que o sujeito do discurso relaciona-se com a *forma-sujeito* que o constitui em sujeito do seu discurso. (INDURSKY, 1997, p. 78)

Estendendo este conceito com base em nosso *corpus*, poderíamos dizer que o *você* também é uma forma de simular o não-preenchimento da forma-sujeito. Nestas sds que analisamos, “você” pode ser substituído por todo mundo, qualquer um. Neste caso, ao impessoalizar o sujeito do discurso constitui-se uma posição de sujeito adequada para o lugar social de presidente. Dessa forma, tanto o pronome “você” quanto as perguntas retóricas que funcionam neste discurso constroem uma posição de sujeito adequada, a partir da qual uma dada FD interpreta adequadamente o lugar social de presidente.

O modo de dizer do DFH funciona como didático-pedagógico atravessado pelo discurso científico:

sd 20 - Depois da desvalorização, houve uma corrida aos bancos em fevereiro. Como se resolve? Hoje, para poder fazer funcionar uma economia como a brasileira, que já é **relativamente** integrada aos circuitos internacionais, você tem que ter credibilidade. É uma coisa que custa a gente admitir, **uma inversão de uma das frases do Augusto Comte**. Agora, é o contrário, somos dirigidos pelo futuro. (Fernando Henrique Cardoso, entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, 19/12/2002)

sd 37 - **Paulo Markun:** O senhor mencionou recentemente um paradoxo da sociedade moderna, que é racional, lógica supostamente e que abre espaço - isso se eu não me engano foi no livro da entrevista com Roberto Pompeu de Toledo [apresentador de programa de entrevista, jornalista] - abre espaço para o ator indivíduo e deixou claro que esse indivíduo tem que ter competência para se relacionar com a mídia, para fazer esse jogo que o senhor está mencionando aqui permanentemente. O senhor foi esse ator do governo Fernando Henrique?

Fernando Henrique Cardoso: Olha, até certo ponto sim, fui reeleito por isso. Agora, você diz que a história moderna é racional. **Supostamente!** Porque você nunca pode imaginar que uma situação seja **puramente racional**. Eu sempre digo: **Eu sou cartesiano com pitada de Candomblé**. Porque se você não tiver pitada de Candomblé, se você não tiver algo de emoção, algo até de **irracional**, algo de explosivo em certas circunstâncias, você não se **comunica**. Agora, **o paradoxo que eu disse foi exatamente esse**: numa sociedade como a nossa, em que todo mundo quer participar e crescentemente, não obstante dá a impressão que as pessoas pesam mais que as instituições. Isso é perigoso, porque isso leva ao carisma, ao messianismo, ao populismo ou até à ditadura. Mas existe essa tendência na sociedade contemporânea, por causa da capacidade que você tem hoje de falar

para milhões de pessoas, você sendo um bom ator de você até tentar se sobrepor às instituições. Eu nunca fiz isso, sempre fui contra, embora eu saiba que quando eu quero explicar as coisas eu tenho uma certa capacidade de explicar, mas eu acho que você tem que se policiar para não deixar que a sua capacidade de - vamos usar a palavra certa - manipular, seja pela emoção, pelo choro, pelo grito, seja pela razão, que essa capacidade se sobreponha às outras instâncias da sociedade e aos partidos, a opinião pública que se forma pensando, etc., etc. Mas há um jogo sempre nisso aí e sempre alguém tem que ser a pessoa que sustenta uma situação. É normal que no regime presidencialista seja o presidente. Ou quem é que vai sustentar o governo do Lula? É o Lula. (Fernando Henrique Cardoso – programa Roda Viva – 2002, grifos nosso)

Nas sds 20 e 37 vemos a presença de termos comuns ao discurso científico-acadêmico. Na sd 38, estabelece-se uma relação entre racional (“cartesiano”) e irracional (“com uma pitada de Candomblé”) que diz respeito à relação entre língua política e uma pretensa língua do povo (que não aparece neste discurso), colocando-as em desnível: ao lugar de presidente é própria a língua política. Esta apresenta características que definem a relação em desnível entre representante e representados e apresenta, especificamente no DFH, modos de dizer didático-científico. Este discurso funciona predominantemente como metáfora política, a partir da qual a palavra do representante funciona como substituto da palavra do representado. Locutor e alocutário, aqui, são definidos como categorias jurídico-institucionais. A posição de sujeito deste discurso e o modo como enuncia nos revela uma dada FD que chamamos de didático-científica.

3.3 O lugar de presidente: um lugar do “povo”

Nesta seção, observaremos a construção da posição de sujeito do DL organizando modos de dizer que produzem uma língua política distinta da produzida pelo DFH.

sd 38 - Enquanto houver um **irmão brasileiro** ou uma **irmã brasileira** passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do

meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2002)

Como vimos no início deste capítulo, no DL, locutor e alocutário são categorias construídas por uma relação de proximidade entre representante e representados, através da qual pode-se dizer que ser cidadão é estar ali *irmanado*. Na sd acima, a posição de sujeito do DL, o “eu-presidente” (“defini entre as prioridades de meu Governo”), funciona num mesmo nível que o “eu-cidadão” (“terei cumprido a missão da minha vida”). No DFH dissemos que, ao dizer, não da posição de sujeito deste discurso, mas de um outro lugar (“eu-membro-do-PSDB”, por exemplo), permite a este sujeito dizer coisas que não diria de seu próprio lugar. No entanto, chamamos atenção que não é este o caso aqui. Apesar de vermos funcionar duas posições a partir das quais o sujeito do DL pode dizer “eu”, elas não se sobrepõem, no sentido de uma pretensamente apagar a outra. Ao contrário, aqui, elas são continuação uma da outra, funcionando no sentido de configurar o sujeito do DL como parte do grupo do qual se destaca para representar. Para se inscrever no lugar social de presidente, o sujeito deste discurso remete à legitimidade de sua inscrição no lugar de povo.

sd 39 - Eu confesso que não gosto de rótulo. Eu acho que os mais velhos aqui se lembram que a primeira entrevista que eu dei, ainda no tempo da TV Tupi, tinha o Mesquita que me perguntou: você é comunista? Eu falei: não, sou torneiro mecânico. Porque eu acho que o rótulo não ajuda. Eu prefiro ser **o Lula, torneiro mecânico, pernambucano de Garanhuns, que chegou à Presidência da República**. (Luiz Inácio Lula da Silva, entrevista coletiva às rádios, no Palácio do Planalto, Outubro de 2003)

A trajetória até a presidência foi algo tão marcante que “apaga” os *rótulos*: ser *torneiro mecânico*, ser *pernambucano de Garanhuns*, é **ser o Lula**. Estas são marcas que mostram a inscrição do sujeito deste discurso no lugar de povo. É em fazendo parte deste grupo que se pode dele se destacar para representá-lo.

sd 16 - Olha, **eu tenho muita experiência** em tratar de enchentes, **porque** fui vítima de enchentes durante muito tempo na minha vida. Então, **eu sei o que é** perder fogão, o que é perder geladeira, o que é ver rato passando dentro da água, correndo para se salvar, sei o que é tirar pessoas mais idosas quando estão com água quase pelo pescoço. É uma vida

muito dura, eu fico chocado quando vejo a água entrar na casa de uma pessoa. Então, eu acho que é preciso uma ação combinada, de investimentos em saneamento básico, de investimentos em habitações em lugares mais adequados, de canalização dos córregos que podem ser canalizados. (Luís Inácio Lula da Silva, Programa de Rádio Café com o presidente, 26/01/2004)

Retomamos a sd 16 analisada no capítulo anterior, quando falávamos a respeito de um saber específico necessário à enunciação política. No DL, esse saber se pauta num conhecimento por experiência, de alguém que, sendo inscrito no lugar social de povo, conhece os reais problemas que o afligem e sabe, portanto, como resolvê-los.

No DL, a posição de sujeito que pode ocupar o lugar social, por ser legítima, não é só determinada pelo grupo que representa, o povo, como também, *deve* dirigir-se a ele. Se no DFH, o sujeito enunciador se inscreve em instâncias institucionais para falar, no DL, o sujeito enunciador fala como se falasse do lugar **do povo para** este mesmo povo. O que nos coloca uma certa ambigüidade que caracteriza a posição de sujeito deste discurso, na qual o destinatário é também destinador.

sd 9 - Não adianta tentarem me calar/ Nunca ninguém vai abafar a minha voz/ Quando o povo quer, ninguém domina/ O mundo se ilumina, nós por ele e ele por nós/ O mundo se ilumina, nós por ele e ele por nós

O Brasil quer seguir em frente/ **Com o primeiro homem do povo presidente**/ Ele sabe governar com o coração/ E governa pra todos com justiça e união/ É o primeiro presidente que tem a alma do povo/ Que tem a cara da gente

São milhões de Lulas povoando este Brasil/ Homens e mulheres noite e dia a lutar/ Por um país justo e independente/ **Onde o presidente é povo/ E o povo é presidente**

Nós estamos aqui de novo.../ Cantando!/ Um sonho novo...Pra sonhar!/ Nós estamos aqui de novo...

Lutando!/ A esperança não se cansa.../ De gritar:/ É Lula de novo, com a força do povo!
(Propaganda eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, 2006)

Na propaganda eleitoral para reeleição de 2006, os lugares sociais de povo e presidente são continuação um do outro: o lugar de presidente é ocupado por um “homem do povo”. O sujeito do DL poderia ser qualquer outro indivíduo deste grupo (“são milhares de Lulas povoando o Brasil”), efeito que é produzido ao transformar em substantivo comum “Lula”, associando-lhe uma forma plural que não é própria aos substantivos próprios.

O que autoriza e legitima a inscrição do sujeito no lugar social de presidente não é a institucionalidade do lugar de presidente conferida pelo voto, através do qual destinador é definido como líder e destinatário como eleitor (/cidadão); mas a representação do povo, dessa forma o destinador do discurso política funcionaria antes como mandatário do povo.

sd 13 - Eu estou tranqüilo, acho que cumpro com a minha função como presidente da República, tenho possibilidade de fazer muito mais, primeiro porque já aprendi muito, segundo porque já sei, agora, todos os caminhos das pedras e você sabe que fazia tempo que um governo não chegava no final no mandato com **uma aceitação da opinião pública** que nós chegamos, sabe por quê? Porque o povo está sentindo é no bolso, ele não está vendo manchete de jornal, ele está vendo é no bolso dele, ele está vendo é no supermercado, ele está vendo na farmácia, ele está vendo no depósito de materiais, ele está vendo no açougue, que apesar de algumas coisas negativas que se colocam, ele está comendo mais e vivendo melhor. (Luís Inácio Lula da Silva – programa Roda Viva – 2006)

sd 40 - Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República **tem consigo, ao seu lado**, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2002)

Como vimos anteriormente na sd 13, a “aceitação pública” garante legitimidade ao DL. Nesta sd, o verbo “achar” que, contraposto a, por exemplo, “tenho certeza”, poderia produzir, como efeito de sentido, dúvidas (eu *acho* que cumpro, pode ser que não), relaciona-se com a justificativa para que o indivíduo Lula seja reeleito, produzindo a certeza de que aquele indivíduo é qualificado: “tenho possibilidade de **fazer muito mais**, primeiro porque **já aprendi** muito, segundo porque **já sei**, agora, todos os caminhos das pedras”. Os advérbios “já” funcionam exprimindo uma ação concluída: o que tinha para aprender, aprendeu; e agora **sabe**. O que é reforçado pelo tempo passado do verbo “aprender” e o presente do verbo “saber”. Construindo, assim, um sujeito plenamente capacitado para o lugar social de presidente.

Dissemos ser próprio ao discurso político, em especial o presidencial, organizar seu destinatário numa unidade que lhe apaga as diferenças. Entretanto, na sd 40, são as diferenças que permitem legitimidade a unidade. Observemos os seguintes recortes:

40.a) “**reunindo** empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil”

40.b) “O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores **estão unidos.**”

40.c) “Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, **estão irmanados** em um mesmo propósito”

A unidade é produzida por uma relação de “irmandade” que é comum a todo o povo, que constitui a união dos representados. No DL, o “povo” é colocado como instância legitimadora: é através dele, e só dele (“um momento **raro** da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional”) que um sujeito pode se inscrever adequadamente no lugar social de presidente.

sd 18- Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, **a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.**

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2003)

Podemos constatar que a FD que interpreta o lugar social de presidente na qual o sujeito do DFH se inscreve para falar não é a mesma que a do DL. Isto porque, o que definia aquela FD era institucionalidade dos lugares sociais, de representante e representados. A posição de sujeito do DL é inscrita numa FD que significa estes lugares como continuação um do outro. Desse modo, não podemos interpretar “a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária” como conferindo aos representados a institucionalidade do voto. Tomando no interior da FD que a significa, este recorte diz respeito a nova relação de representação, expressa pelo verbo “mudar”, que coloca representante e representado numa relação de “mandatário” e “povo”.

sd 41 - Precisamos de um sistema político capaz de dar conta da rica diversidade de nossa vida social. Nossas instituições têm de ser mais permeáveis **à voz das ruas**. Precisamos fortalecer um espaço público capaz de gerar novos direitos e **produzir** uma **cidadania** ativa. As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2007)

sd 42 - Meu governo, **atento às manifestações das ruas** e, em especial, aos movimentos sociais, construiu grande parte de suas políticas públicas e importantes decisões governamentais, **consultando a opinião da sociedade** organizada em Conferências Nacionais, Conselhos e Foros. Continuaremos nesse rumo. Reafirmamos, finalmente, nossos compromissos éticos em uma perspectiva republicana. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse, 2003)

No discurso de posse de 2007, o DL tem um funcionamento semelhante ao DFH. Apesar de predominante o funcionamento que estabelece uma relação mandatário/povo, podemos observar algumas marcas de heterogeneidade. Não podemos, no entanto, observar tanto esta heterogeneidade no DFH uma vez que todos os pronunciamentos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foram “organizados” pelo instituto Fernando Henrique. E se houve proferimentos, como é recorrente no mandato de Lula, de caráter de improvisado, estes foram devidamente revisados.

No DL, o estatuto da palavra do presidente tem funcionamento distinto aos caracterizados pelo processo metafórico de substituição da palavra do povo. Com Guilhaumou (1989) vimos que um outro estatuto da palavra do representante é o metonímico, por intermédio do qual é possível descrever a equação “língua política = língua do povo”.

sd 21 - E o que nós fizemos, para o brasileiro entender bem, nós demos uma trucada. **Ou seja**, nós estávamos com o zápete na mão. **Ou seja**, nós pegamos 70% da pauta dos americanos, 70%, e transformamos em nossa pauta. (Luiz Inácio Lula da Silva, entrevista coletiva às rádios, no Palácio do Planalto, Outubro de 2003)

sd 43 - Estamos discutindo nem fazer aquilo que falta fazer, mas cuidar daquilo que já havia. **Ou seja**, quando você não faz a manutenção no seu carro, quando você não faz a manutenção na sua casa, quando você não faz a manutenção em algum bem material que você tem, e não faz a manutenção nas estradas – que custaram aos cofres públicos ao longo desses anos todos 150 bilhões de reais -, significa que você não soube tratar com carinho o patrimônio público. (Luiz Inácio Lula da Silva, entrevista coletiva às rádios, no Palácio do

Planalto, Outubro de 2003)

sd 44 - Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos. Sou Presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma **mãe**, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro. (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso no parlatório, 31/12/2006)

O DL atua no entremeio entre duas enunciações, uma técnica (sd 21, “nós pegamos 70% da pauta dos americanos, 70%, e transformamos em nossa pauta”; sd 43, “não faz a manutenção nas estradas”; sd 44, “daqueles que mais precisam do Estado brasileiro”) e uma mais próxima à enunciação do povo, estabelecendo uma relação de paráfrase na qual a enunciação do povo explica a enunciação técnica.

Na sd 44, é pela da reformulação que a passagem entre uma enunciação e outra é produzida: “daqueles mais necessitados” é reformulado em “daqueles mais fragilizados” que possibilita a passagem para a língua política “daqueles que mais precisam do Estado brasileiro”.

No DL, a reformulação é, em geral, marcada pelas glosas-metaenunciativas (AUTHIER-REVUZ, 1998), como “ou seja”, que são uma forma de o discurso voltar-se sobre/para si e (se) reformular, estabelecendo uma relação de equivalência entre os enunciados, sendo que o sentido do segundo sobrepõe o do primeiro. As reformulações se dão como um efeito do interdiscurso, possibilitando ao/no discurso um (ou uma espécie de) “metacomentário”.

Na sd 43, a passagem de uma enunciação para outra é articulada pela glosa-metaenunciativa “ou seja” e a conjunção “e”. Por meio desta conjunção, que comumente expressa a idéia de adição, marca-se a relação entre “fazer a manutenção no seu carro”, “fazer a manutenção na sua casa”, e “fazer a manutenção nas estradas”.

Na sd 21, através da glosa-metaenunciativa “ou seja”, o sujeito do DL estabelece uma relação entre uma estratégia do jogo de truco e a estratégia política usada pelo governo. Nesta sd, o sujeito deste discurso projeta como função de uma “tradução” entre a língua política e a língua do povo como forma de inserir o povo na política. De fazê-

lo participar.

sd 45 - Eu digo sempre, quando eu faço as metáforas, tentando ligar à questão da família, à questão do futebol, **é porque todo mundo entende de família e todo mundo entende de futebol**. (Luiz Inácio Lula da Silva, entrevista coletiva às rádios, no Palácio do Planalto, Outubro de 2003)

Apesar de ter sua inscrição no lugar social de presidente legitimada pelo povo, evidencia a presença de duas materialidades enunciativas. O DL “traduz” a língua política para a *língua legítima do povo*, produzindo a inserção deste povo na política (“é porque todo mundo entende de família e todo mundo entende de futebol”), mas evidencia o funcionamento de duas *línguas*, funcionamento distinto do proposto como ideal pelos revolucionários franceses de língua política = língua legítima do povo.

Podemos observar, no DL, predominantemente, processos metonímicos, no que diz respeito a constituição do outro que garante a representação do locutor e do alocutário como o “mesmo”. Entretanto, vale fazer uma ressalva que mesmo no DL, evidencia-se o funcionamento de duas enunciações distintas, uma técnica através da qual se pode operar nos aparelhos do Estado, e outra própria ao povo representado, através da qual se pode representá-lo. Levando em conta esta configuração e considerando que este discurso produz sentidos a partir de uma FD distinta do DFH, chamaremos a FD na qual se inscreve a posição de sujeito do DL para enunciar do lugar social de presidente de técnico-popular.

Conclusões parciais

O DFH e o DL constroem imagens diferentes de uma inscrição ideal para o lugar social de presidente, produzindo diferentes posições de sujeito a partir das quais se inscrevem nesse lugar para falar. Essas posições de sujeito produzem diferentes formas de representação política que interpretam diferentemente o lugar social de presidente. O DFH funciona predominantemente como metáfora política, dessa forma, a palavra do representante funciona como substituto da palavra do representado. A partir dessa posição, locutor e alocutário são definidos como categorias jurídico-institucionais. O DL funciona no entremeio de duas enunciações, a língua política e a língua do povo. Neste discurso, por meio de uma ilusão de interlocução, porta-voz e povo são definidos numa relação de diálogo.

Com estas considerações, podemos dizer que o DFH e o DL são produzidos a partir de diferentes formações discursivas que interpretam diferentemente o lugar social de presidente. A FD que determina os sentidos do DFH chamamos didático-científica, e a FD responsável pela produção de sentidos do DL chamamos de técnico-popular.

No próximo capítulo, analisaremos a mediação destes discursos no jornal Folha de S. Paulo e na revista Veja, procurando observar a constituição de uma expectativa de uma enunciação política ideal para o lugar social de presidente.

CAPÍTULO 4

A MÍDIA E A CIRCULAÇÃO DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS

No capítulo anterior, analisamos os discursos políticos presidenciais, o DFH e o DL, atentando para o funcionamento da língua política significada a partir das distintas FDs que determinam os sentidos nesses discursos. Neste capítulo, vamos analisar esses discursos como são postos em circulação na sociedade, ou seja, pela mídia. Tomamos como *corpus* desta segunda parte de análises, a mediação do DFH e do DL na grande mídia, mais especificamente, no jornal Folha de S. Paulo e na revista Veja.

A grande mídia ocupa hoje um espaço determinante na sociedade: exime-se de um caráter interpretativo, através de uma pretensa neutralidade, a partir da qual funciona como “os olhos da sociedade moderna”. É a grande mídia que *tudo vê e tudo mostra, é por ela* que se pode saber (a verdade). Para Payer (2005), a mídia atua na sociedade contemporânea como um novo “texto fundamental”. Contraposta à Igreja (e seus aparelhos) ou ao Estado (e seus aparelhos) – que têm, respectivamente, o templo e o tribunal como lugares privilegiados de circulação dos seus enunciados – a mídia se caracteriza pela sua dispersão e onipresença.

Esta grande mídia, que vamos aqui analisar, atua na produção de sentidos revestida de uma pretensa neutralidade que lhe permite produzir sentidos como se *só* os tivesse colocando em circulação (de maneira neutra e imparcial). No entanto, ao colocá-los em circulação faz funcionar uma série de imagens que dizem respeito a uma enunciação esperada do lugar social de presidente. Neste capítulo, interessa-nos analisar a construção desse imaginário sobre o lugar de presidente e de uma enunciação/ língua política ideal que autorizaria os sujeitos aí inscritos a operar os aparelhos do Estado. Com este intuito, analisaremos o funcionamento do discurso jornalístico como um discurso relatado. O

discurso relatado não traz os sentidos como foram construídos no discurso a que refere:

Reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação – do qual o enunciado é (apenas) o “núcleo” – na sua integralidade. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 134)

Ao relatar, o discurso jornalístico desloca os sentidos e outros sentidos vão ser produzidos a partir dessa leitura que interpreta e apaga seu *gesto* de interpretação. O discurso jornalístico trabalha na **re**-significação: “algo já enunciado antes e em outro lugar é retomado e resignificado. A resignificação, por sua vez, vai conduzindo para o esquecimento de sentidos antes tomados como evidência” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 115). Este discurso atua através de um *gesto de leitura* fixando certos sentidos. Para Pêcheux (1997), os sujeitos produzem, em relação aos discursos, *gestos de leitura* que dizem respeito às leituras possíveis de um discurso delimitadas pela própria materialidade discursiva (de um “discurso de origem”). Significa dizer que há muitas leituras possíveis, mas não todas nem quaisquer. O autor faz dura crítica àqueles que procuram fixar uma interpretação como única a um discurso:

Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambigüidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados (PÊCHEUX, 1997, p. 60)

O discurso jornalístico funciona como “destinado” a *explicitar* o(s) discurso(s) a(os) que (/quais) se refere. O que acontece na divisão social dos *gestos de leitura* é que o discurso produzido pela mídia se apresenta como um “não-lugar” de interpretação, ou seja, como o espaço privilegiado da “transparência” dos sentidos. Este funcionamento é descrito por Mariani (1998) como *discurso sobre*, que são discursos que institucionalizam sentidos, atuando como intermediários por falarem de um discurso de (“origem”): “a parte que cabe ao discurso jornalístico é seu assujeitamento a um já dito, embora os jornais se julguem livres para informar”. O discurso jornalístico tem como objeto o mundo, “a imprensa não é o ‘mundo’, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores” (MARIANI, 1998, p. 61). No entanto, ao configurar-se como aquele que *mostra* os

sentidos (*como eles foram produzidos no ato de enunciação*), o discurso jornalístico projeta para si a imagem de *um veículo de informações transparente* que mostra a realidade tal como ela é.

Produzindo interpretações sobre a materialidade discursiva que faz circular ao mesmo tempo em que apaga imaginariamente esse gesto interpretativo, o discurso jornalístico atua sobre a circulação dos sentidos, a partir de um efeito de verdade que determina um efeito-leitor.

sd 46 - A reportagem de VEJA mostra que o presidente Lula soube mais do que admitiu oficialmente até agora. Mostra também que há um interesse explícito no mundo político – e nisso governo e oposição estão de acordo – em evitar um desfecho catastrófico para a crise atual. Para isso é vital não se aprofundar em descobrir o quanto Lula sabia dos desmandos a sua volta, mesmo que não seja crível que ele possa ter estado alheio a tudo. Quando a verdade for revelada, biografias vão ficar mais pobres, mas a história vai enriquecer. (Editorial, Revista Veja, 20/07/2005)

Pela seqüência discursiva “*A reportagem de VEJA mostra que*” observa-se que o imaginário que a mídia faz do seu lugar é daquele que *mostra*, que *revela*. E mostra o quê? Mostra a verdade: “*que o presidente Lula soube mais do que admitiu oficialmente até agora*”; “*que há um interesse explícito no mundo político*”. Pedagogicamente, vai sendo *revelado* pela mídia o que haveria de verdade nos discursos políticos e quais seriam seus “verdadeiros” interesses. Neste sentido, o discurso jornalístico se representa como capaz de intervir e mudar efetivamente história; vemos aqui aparecer a famigerada, imagem do discurso jornalístico como o “quarto poder” que “faz história”. Dessa forma, mais que revelar a verdade, o discurso jornalístico tem participação no desenrolar da história.

Tomando como *corpus* o discurso da mídia impressa, ao falarmos em destinatário estamos falando no leitor. Uma vez que os lugares sociais são *representados nos processos discursivos em que estão colocados em jogo*, o lugar social do destinatário não é definido ao denominá-lo leitor. A partir de uma posição de sujeito que funciona como aquele que pode transmitir informações (saberes) sobre a realidade, constrói-se, conseqüentemente, o destinatário desse discurso como aquele que *precisa* ter informação, *precisa* de um saber que não detém.

sd 47 - Tão importante quanto o conteúdo das reportagens de VEJA é a forma de apresentá-lo. As informações recolhidas pelos repórteres e organizadas pelos editores precisam ser acompanhadas de gráficos, tabelas e ilustrações que facilitem a leitura e a tornem mais agradável e interessante. (Editorial, Revista Veja, 20/07/2005)

O discurso jornalístico se apresenta como um discurso com a finalidade de esclarecer o leitor. O modo de dizer deste discurso funciona pedagogicamente instituindo uma relação assimétrica de professor/ aluno; configurando-se como aquele que, além de não saber (e por isso precisa da informação), não entende, e para isso *precisa* de *gráficos, tabelas e ilustrações que facilitem a leitura*. De acordo com Mariani (1998), o discurso jornalístico atua como um discurso pedagógico “*em sua forma mais autoritária*”: funciona como um professor que, enquanto ‘fonte de verdade’, a revela a seus alunos. Ao se colocar como “fonte de verdade”, apaga-se a interpretação feita por este discurso, como se os fatos falassem por si.

Na seção seguinte, vamos analisar a mediação do DFH e do DL pelos discursos jornalístico, considerando a Folha de S. Paulo e a Veja, para podermos descrever a imagem de língua política *ideal* que está aí funcionando.

4.1 A circulação do discurso político

Courtine (2006) fala de mutações nas formas discursivas da comunicação política, que, hoje, resultam num intenso processo de personalização da fala pública. De acordo com o autor, isso está, em parte, relacionado com o aumento do poder das modernas mídias de comunicação. Vemos que a mídia muito contribuiu para as novas configurações do discurso político contemporâneo. Elas influem ainda no modo como esse discurso é percebido, através do efeito de verdade produzido pelas formações imaginárias que funcionam nesse dizer, *induzindo* o seu destinatário a assumir a verdade que se lhe apresenta. Não nos cabe medir o êxito dessa operação nos indivíduos, mas os efeitos de sentido produzidos nesse processo discursivo sobre o funcionamento do discurso político presidencial.

Vale chamarmos atenção que, ao mesmo tempo em que o discurso jornalístico produz um efeito de verdade, produz também uma certa desconfiança. Entretanto pelo alcance deste discurso e pelo monopólio da informação por parte dessa grande mídia neutraliza-se pretensamente esta desconfiança, fazendo com que este discurso circule como “fonte da verdade”. Pelos propósitos do nosso trabalho, vamos nos deter em analisar os efeitos de verdade produzidos por este discurso.

O modo pelo qual o DFH e o DL são colocados em circulação permite-nos descrever o funcionamento do discurso jornalístico *apagando* as diferenças entre as práticas discursivas presentes num mesmo lugar social, como de presidente. Isso se dá porque ao desambigüizar o mundo, “traduzindo-o” num modo de dizer pedagógico que, como já dissemos, é bastante autoritário, o discurso jornalístico privilegia uma determinada prática discursiva a partir da qual as outras vão ser tomadas como *falhas*. Uma motivação para as perguntas deste trabalho, como dissemos anteriormente, foi um estranhamento em relação ao modo de dizer do DL, por parte da grande mídia. Isso nos fez retomar o modo pelo qual a mídia colocava em circulação o DFH e observamos que a “forma” deste discurso político não era uma questão para a imprensa.

sd 48- O grau de participação política, de organização social e de cobrança de direitos -a chamada cidadania- ainda seria considerado insatisfatório lá [Portugal] e cá [Brasil].

"Eu não sei se a ditadura tem algo a ver com isso ou se essa imagem é fruto da sociedade de massas muito rapidamente introduzida no Brasil", **diz o presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso**: "Essa rapidez cria a idéia de uma sociedade cujas organizações não são suficientes para expressar tudo o que se quer". Para a historiadora e professora de história da UFF (Universidade Federal Fluminense) Hebe Maria Mattos, o principal aspecto negativo, no caso da auto-imagem dos brasileiros (aceitar tudo), acabaria sendo também a principal qualidade, quando são somadas características afins, como generosidade e bondade (13%), simpatia e cordialidade (10%), passividade e resignação (6%), paciência e tolerância (4%).

Em sua opinião, a idéia de passividade estaria associada aos traços da cordialidade -como se essa aparecesse com sinal trocado na hora de nomear o defeito. (Folha de S. Paulo, sobre portugueses e brasileiros. Comemoração dos 500 anos do Brasil, 22/04/1999)

sd 49- O presidente deverá fazer também uma defesa do papel do Estado-nação, que parecia condenado ou à desapareção ou a um papel marginal, suplantado pelos grandes conglomerados internacionais, em especial as corporações multinacionais.

O discurso em Madri será mais na condição de sociólogo do que de presidente,

embora uma seja obviamente indissociável da outra. O discurso institucional ficará para Paris, onde FHC fala na Assembléia Nacional. (Folha de S. Paulo, sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso, 26/10/2001)

sd 50- Mesmo sem dizê-lo explicitamente, FHC deixa transparecer que a futura gestão de Lula, que derrotou nas urnas seu candidato, José Serra, irá fazer, mesmo involuntariamente, o trabalho de esclarecimento do seu real legado.

À véspera de deixar o cargo, **o presidente parece ceder espaço ao sociólogo**, que se vê **mais desimpedido para analisar o país e seu próprio legado**. FHC, **aliás**, tem dois livros "na cabeça". Um sobre as chances históricas de desenvolvimento de países periféricos, mas integrados ao circuito do grande capital, como Brasil e México. Outro, uma nova leitura dos clássicos do pensamento político **à luz de sua experiência no poder**. (Folha de S. Paulo, sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso, 19/12/2002)

Na seqüência discursiva 48, vemos que o discurso presidencial é deslocado do campo político para funcionar como um discurso de autoridade que, ao lado de outros discursos, autorizam as afirmações da mídia. Essa operação reforça a relação entre duas posições de sujeito do DFH – presidente e sociólogo. Essa dupla caracterização autoriza e legitima o DFH como um discurso competente (CHAUÍ, 1981)²⁰ que configura imaginariamente um discurso de presidente ideal. Da mesma maneira, o modo pelo qual o discurso jornalístico refere-se ao governo psdbista (“legado”); constitui uma espécie de marco zero, a partir do qual outras inscrições no mesmo lugar social vão ser interpretadas. Estes recortes foram os que mais nos chamaram a atenção porque diziam respeito à inscrição do sujeito do DFH no lugar social de presidente. Além desses, poderíamos analisar o que se *cala* sobre o modo de dizer desse discurso. Se no DL, o discurso jornalístico vai remeter, explicitamente, ao modo de dizer deste discurso, como veremos a seguir, o fato do DFH não circular a partir de uma série de *ressalvas* acerca de seu modo de dizer, mostra um “sentido hegemônico” aí projetado, a partir do qual se interpreta as inscrições no lugar social de presidente.

20 “Como consequência desta imposição da *metáfora política* (estar em lugar de), a relação que se estabelece entre *povo* e porta-voz é descontínua, de ruptura: há um desnível entre a perspectiva de enunciação de um e de outro, preenchido e costurado por um princípio de legitimação externo à própria relação – o discurso jurídico-administrativo do Estado, *a língua do saber político* apontada por Guilhaumou (1989) no texto de Rousseau. Para utilizar uma noção desenvolvida por Chauí (1981), esta *língua do saber político* funciona como um **discurso competente, que configura uma posição de sujeito do saber**” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 81) (grifo nosso).

sd 51 - DEPOIS DE OITO ANOS habituado a um **presidente-sociólogo**, cioso de seu lugar no sistema intelectual e empenhado em acomodar seu reinado numa sala VIP da história, o Brasil experimentou, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, **um verdadeiro choque discursivo**. De um mandatário que parecia se pronunciar de um púlpito, sempre com um olho voltado para um imaginário anfiteatro da USP, passou-se a um líder cujas palavras saem diretamente do palanque para atingir os corações de uma assembléia.

Se na era Tucana procurava-se aplicar um **verniz iluminista** á realidade, traduzida do alto da sociologia como um “processo”, no primeiro mandato de Lula uma espécie de “**pensamento selvagem**”, **intuitivo e sentimental**, lastreado no concreto, veio ocupar a cena.

O conceito deixou o gramado e deu lugar à metáfora popular, servida com maionese, churrasco, futebol, jardinagem e lições de vida extraídas da biografia do próprio presidente – **que se faz genuíno representante dos pobres ao mesmo tempo em que corteja a elite**. Pouco afeito a discursos pré-fabricados, Lula prefere o **improviso** – e o fato de que seus **repentes**, sejam varados por contradições talvez explique sua aversão ao contraditório das entrevistas à imprensa. Ele mesmo se encarregou, nestes quatro anos, de dizer e desdizer. E mostrou conhecer o risco de falar bobagens: "Quando a gente fala de improviso, a gente pode cometer um erro e falar uma palavra imprevista. Mas, em se tratando de bobagem, é melhor a gente falar do que a gente fazer", ponderou. (Folha de S. Paulo, caderno Brasil, “Almanaque Lula”, 31/12/2006)

O DFH é caracterizado como aquele que “procura aplicar um verniz iluminista à realidade”, ou seja, *aplicar uma camada do pensamento iluminista à realidade*. O iluminismo foi um movimento intelectual, surgido na França na segunda metade do século XVIII, que enfatizava a razão e a ciência como maneiras para se explicar o universo. Ao se dizer que era próprio ao DFH “aplicar um verniz iluminista à realidade”, projeta-se uma maneira de ver a realidade por meio de um viés científico, da razão, o que dialoga com a imagem que está sendo construída de um presidente intelectual que se pauta no científico para falar.

O DL é representado como um discurso não/ pouco estruturado (“intuitivo”). O fato de se opor fala X pensamento é extremamente significativo, ainda mais com os adjetivos que lhe são agregados, colocando esses discursos em níveis diferentes de estruturação. Ao fazer funcionar esse par, produz-se um efeito de *níveis* do discurso: 1- pensamento; 2- pensamento selvagem; 3- fala; 4- fala sociológica/ científica. Ao DL cabe a imagem de um discurso pouco/ não estruturado (“consagrando um “pensamento selvagem””); enquanto ao DFH, uma imagem de um discurso bem estruturado (“capaz de intervir na história”).

Nesse recorte, sd 51, temos dois tipos de discursos aí *representados*: os “*pré-fabricados*”, que configuram o DFH, consonante a uma fala estruturada, organizada, retomando a noção antes colocada de *fala sociológica*; e os de “*improvisado*”, que configuram o DL, parafraseado pelo termo *repente*, que remete, por sua vez, um tipo de música popular nordestina que funciona como *um jogo lúdico com uma performance improvisada que busca o entretenimento e a persuasão da platéia* (LOPES, 2001). Como consequência, alude-se a um imaginário de preconceitos ao nordestino.

Constrói-se discursivamente um “cenário” constitutivo a cada um desses discursos, contraditórios entre si (“choque discursivo”). Dialogando com fala sociológica, presidente-sociólogo, o cenário no qual um *mandatário pronuncia* de um *púlpito* para um imaginário *anfiteatro da USP*, contribui em construir uma imagem de um presidente intelectual, que se adequa a uma expectativa de um discurso político do lugar social de presidente (“cioso de seu lugar no sistema intelectual”). Em contraste com o cenário projetado para ao DFH, o sujeito do DL é constituído num cenário no qual o discurso jornalístico projeta uma inadequação a essa inscrição – não é a partir dessa posição de sujeito que um presidente deve falar (“um líder cujas palavras saem diretamente do palanque”).

Popular aparece como uma característica projetada ao DL, de maneira direta (“metáforas populares”); e indireta (“maionese, churrasco, futebol, jardinagem, e lições de vida, repentes”). Estabelece-se uma diferenciação entre o DFH e o DL, construída como uma diferença entre um discurso popular e um discurso acadêmico, ou ainda, entre discurso leigo e discurso científico. Constrói-se um imaginário no qual um discurso popular não é estruturado suficiente para falar da posição de presidente. Opõe-se, dessa forma, uma *língua técnica* a uma *língua popular*. Isto é, um modo de dizer acadêmico, científico, técnico (“conceito”) que se adequava às exigências (*expectativas* do discurso jornalístico) que o lugar de presidente demanda, é substituído por um modo de dizer totalmente diverso, a partir do qual se *fala como se fosse um popular*, não o presidente. Em outras palavras, pode-se dizer que o discurso de presidente *tem* que funcionar de outro lugar, não podendo se constituir a partir do lugar social do povo. Diríamos, então, que, com base nesse imaginário, o estatuto da palavra do presidente deve configurar-se como metáfora política,

estabelecendo a relação entre representante e representados em um *necessário* desnível.

No entanto, mesmo com um modo de dizer *popular*, o sujeito do DL é construído como aquele que falha também ao representar o povo (“se faz genuíno representante dos pobres ao mesmo tempo em que corteja a elite”). Estabelecendo uma relação excludente entre “cortejar a elite” e a “representação popular”, que anula a representatividade popular no DL, antes caracterizada como populista.

Ao colocar em circulação o DFH, a mídia, em geral, não critica seu modo de falar como inadequado. Na verdade, pouco se fala sobre o modo de dizer do DFH. Este silêncio é diferente do silêncio em relação ao DL por parte de uma mídia “alternativa”²¹. Neste caso, silencia-se em relação ao modo de dizer do DL, uma vez que a imagem de língua que funciona na mídia em geral é de uma língua normativa.

Outra caracterização que comumente configura o DL no discurso jornalístico para a grande mídia é o como aquele que fala “besteiras”.

d 52- Política é olho no olho. Como se diz no Brasil, é no tête-à-tête. (Lula, presidente da República, esbanjando seu francês na África). (Veja, seção Veja Essa, 20 de abril de 2005)

Observe-se que o termo “esbanjar” funciona ironicamente produzindo um efeito de estranhamento. O que se configura é que o presidente não sabia (mas deveria) que “tête-à-tête” é uma expressão francesa. No entanto, é diferente dizer “como se diz no Brasil” e “conforme expressão portuguesa”. A expressão pode ser dita no Brasil sem que isso configure que ela faça parte da língua portuguesa. O estranhamento inferido pela super-interpretação do discurso jornalístico em relação ao DL, configura o sujeito do DL como aquele que não *conhece* (*nem*) sua própria língua, e, ainda assim, é o presidente da República.

sd 53- Nós sofremos muito em 2003, porque pegamos a Casa depois de um vendaval como aquele que deu na Ásia. (O presidente Lula, que não conseguiu mudar a “geografia do comércio mundial”, mas mudou a natureza dos fenômenos geológicos). (Veja, seção Veja Essa, 9 de fevereiro de 2005)

21 Usamos o termo em oposição à grande mídia, fazendo referência revistas como a Carta Capital, a Caros Amigos.

O recorte já é um gesto interpretativo que é reforçado pelo comentário.

- não conseguiu mudar a “geografia do comércio mundial”
- mudou a natureza dos fenômenos geológicos

As duas seqüências discursivas são articuladas no comentário pela conjunção *mas*. A conjunção *mas* estabelece um paralelismo, temos: Lula não conseguiu mudar X, mas mudou Y. *Não conseguiu mudar a “geografia do comércio mundial”* remete a uma falta (de competência) e a uma inadequação (“não conseguiu mudar a “geografia do comércio mundial””). Enquanto *mudou a natureza dos fenômenos geológicos* ironiza a figura do DL, chamando atenção para troca – tsunami por vendaval. Quando articuladas as duas seqüências discursivas, passa-se, como efeito de sentido, não uma idéia contrária (que seria o sentido expresso pela conjunção *mas*), mas uma idéia de contradição/ inadequação: *não conseguiu mudar a “geografia do comércio mundial” e mudou (!) a natureza dos fenômenos geológicos*.

sd 54- O jogo de truco mencionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem duas características principais: **é necessário blefar e ganha quem consegue mentir com mais habilidade -invariavelmente, gritando.**

Ao dizer que na reunião da OMC, em Cancún (México), no mês passado, o Brasil teria se saído bem, o presidente afirmou o seguinte, segundo transcrição do Palácio do Planalto: "Nós demos uma trucada. Ou seja, nós estávamos com o zápete na mão. Ou seja, nós pegamos 70% da pauta dos americanos, 70%, e transformamos em nossa pauta".

Na realidade, Lula pronunciou "zape", o que é o comum entre os jogadores. Há vários tipos de jogo de truco. Em São Paulo e na região do ABC, o zape mencionado por Lula é uma carta de paus, um ponto acima da que está virada na mesa no início do jogo. Exemplo: se a carta da mesa for um quatro, o zape é o cinco de paus.

O zape é a carta mais forte do jogo. Mas não é suficiente para vencê-lo. É necessário blefar e convencer o adversário de que se tem mais cartas fortes.

Ao trucar, como disse Lula, o jogador propõe aumentar a disputa: de um para três tentos. O risco é o oponente também ter cartas fortes e aceitar o desafio. (Folha de S. Paulo, caderno Brasil, “Truco é o jogo do blefe, ganha quem mente mais”, 03/10/2003)

Na sd 54, a “metáfora” do jogo de truco, feita no DL para *explicar* a estratégia política usada pelo governo na reunião da OMC, é relacionada a “atitude” dos jogadores de truco (*saber* “blefar” e *conseguir* “mentir”) produzindo uma desconfiança em relação ao DL. O sujeito deste discurso é configurado como um “jogador de truco” pela referência ao

seu modo de falar “zápete” (“Lula pronunciou "zape", o que é o comum entre os jogadores”), reforçando a desconfiança em relação ao DL.

Como vimos em análise da sd 21, a relação entre o jogo de truco e a estratégia política do governo funcionava como uma passagem entre a enunciação política (“nós pegamos 70% da pauta dos americanos, 70%, e transformamos em nossa pauta”) e enunciação do povo (“*para o brasileiro entender bem, nós demos uma trucada*”). Esta relação no discurso jornalístico está ausente, sendo substituída por um distanciamento da enunciação do povo, o que é evidenciado uma vez que é explicado como funciona este jogo e o que significa trucar e zápete.

O estranhamento da relação entre o jogo de truco e a estratégia política é produzida não só pela alusão de características dos jogadores de truco (blefar e mentir) dispensáveis a um agente político, como também porque trata-se de um jogo de sorte (“o risco é o oponente também ter cartas fortes e aceitar o desafio”) produzindo uma inadequação do DL como um discurso político presidencial (com uma expectativa de uma enunciação política ideal).

sd 55- Vocês são um bando de covardes mesmo, hein? Não tiveram coragem de defender o Conselho Nacional de Jornalista. (Luiz Inácio Lula da Silva, **falando de modo jocoso e inadequado** a repórteres que cobriam sua viagem à República Dominicana) (Veja, seção Veja Essa, 25 de agosto de 2004)

A inscrição do sujeito do DL no lugar social de presidente é colocada em questão por meio de uma imagem de inadequação projetada pelo discurso jornalístico a esse discurso. No discurso jornalístico, o sujeito do DL é construído a partir de uma falta (de competência, de preparo, de adequação). Constrói-se discursivamente, no discurso jornalístico, uma não-coincidência entre lugar social de presidente e a posição de sujeito que funciona no DL.

sd 56- Quando terminar meu mandato, não vou nem para França nem para os Estados Unidos fazer pós-graduação, vou para São Bernardo do Campo, que é onde eu sempre vivi e onde estão meus companheiros. (Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, **que não é graduado**, discursando no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre). (Veja, seção Veja Essa, 2 de fevereiro de 2005)

Na sd 56, é apontada uma falta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que descaracteriza a posição de sujeito do DL para falar do lugar social de presidente.

O discurso sobre legitima os sentidos e funcionamentos produzidos a partir de posições de sujeito delimitadas em uma determinada formação discursiva que interpreta o lugar social de presidente, e, como efeito desse processo de legitimação, temos a dominância dos sentidos aí produzidos *servindo* como *modelo* daquilo que pode ou não ser dito daquele lugar. Em outras palavras, funcionaria como uma certa norma de bom dizer do lugar de enunciação presidencial, estabelecendo uma imagem de língua política ideal que quando *não respeitada produz estranhamento, crítica e rejeição*.

A posição do sujeito do DL é representada como inadequada ao lugar social de presidente e às práticas enunciativas que se atribuem como apropriadas a esse lugar, daí uma suposta imagem de língua política ideal que serve de suporte aos gestos interpretativos da mídia. A partir das imagens projetadas sobre o DL que o discurso jornalístico faz funcionar, podemos depreender que a posição de sujeito construída no discurso jornalístico como ideal é daquele que não se contradiz, que sabe do que está falando, que diz o que tem que dizer, que é culto, tem curso universitário, fala diferentes línguas, se expressa corretamente, não fala banalidades, enfim, a figura de um “estadista” remetendo ao sujeito do DFH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar a construção de uma expectativa, pela mídia, em relação à enunciação política presidencial que interpreta os modos de dizer possíveis para o lugar social de presidente como adequados ou inadequados, legitimando/ deslegitimando a inscrição dos sujeitos neste lugar.

Ao analisarmos o discurso jornalístico da grande mídia, especificamente o jornal Folha de S. Paulo e a revista Veja, constatamos que esta expectativa coincide com a formação discursiva didático-científica que interpreta o lugar social de presidente a partir de categorias institucionais. Esta FD é matriz do DFH, a partir da qual a palavra do presidente é configurada por meio de processos metafóricos de substituição da palavra do “povo”.

sd 57 - Senhores Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de posse, 1999)

sd 22 - Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como temos pagado, preço elevado. Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do déficit público. É melhor o remédio amargo que cura a doença, do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo. (Fernando Henrique Cardoso, discurso de pose 1999)

Como vimos no capítulo 3, o DFH define os lugares sociais de representante e representados por meio de categorias institucionais. O sujeito deste discurso configura um líder e a relação de representação é descontínua, funcionando em nome de um “bem maior” que faz com os cidadãos se constituam na medida em que estão sendo representados neste discurso.

Para elaborarmos o presente trabalho, procuramos constituir um corpus o mais regular possível, trazendo discursos presidenciais proferidos em CPs mais ou menos parecidas, nossa dificuldade se deu uma vez que os discursos que constituem o que chamamos DFH são em sua totalidade mediados, como é o caso da coleção Palavra de Presidente ou dos discursos transcritos pelo Instituto Fernando Henrique, sendo difícil encontrar discursos de improvisos, o que não é o caso em relação ao DL. Este “filtro” funciona como uma *continuação* do modo de dizer do DFH que funciona a partir do distanciamento entre a enunciação do povo e a enunciação política que é construída como inequívoca, científica. Dito isto, podemos afirmar que o que nos permitiu, apesar da dispersão uma certa regularidade foi a análise que fizemos dos modos de dizer.

À configuração desta língua política, a grande mídia contrapõe a língua política configurada no DL. Pelas análises deste discurso, pudemos ver que este atua no entremeio entre duas enunciações: por um lado, opera os aparelhos do Estado por meio de uma língua política, por outro estabelece um “diálogo”, fazendo a passagem entre esta língua política e a língua do povo.

sd 58 - Eu queria terminar dizendo a todos vocês o seguinte: **escolher o governo é como escolher uma seleção**: às vezes, você tem 50 centroavantes da melhor qualidade que você teria que convocar, mas só pode convocar um e aí tem "n" critérios que fazem com que a gente escolha um ou outro companheiro, uma ou outra companheira.

O que eu quero é que vocês tenham clareza é que aqui nesta sala e fora desta sala a gente poderia montar um outro ministério, da mesma forma que no Brasil um técnico pode montar várias seleções porque temos gente de sobra para assumir quantos cargos forem necessários. **A equipe está montada** e essa equipe tanto os mais experientes quanto os mais, eu diria, novatos sabem que, nas costas de cada um de nós pesa uma responsabilidade imensa.

Eu estou com 57 anos de idade. Há muito anos eu não conheço um **momento histórico no Brasil em que o povo tivesse com tanta expectativa**. O povo não quer saber se o Ciro é do PPS, o povo não quer saber se o Anderson Adauto é do PL, o povo não quer saber se o Furlan não é filiado a nenhum partido político, o povo não quer saber se o Roberto Rodrigues não é filiado, se o companheiro Agnelo é do PC do B. **O povo quer saber que nós fazemos parte de uma equipe e aceitamos fazer parte de uma equipe com a convicção de que cada um de nós tem muito, mas muito a oferecer para o nosso país.**

Todo mundo sabe quais são as nossas prioridades. Todo mundo sabe que nós queremos garantir que o povo brasileiro tome café, almoce e jante todo dia. Todo mundo sabe que nós queremos que a saúde seja um direito de todos e não um privilégio de quem pode pagar um plano de assistência médica. Todos nós sabemos que não basta dizer que todas as crianças

estão na escola. É preciso dizer que qualidade de ensino essas crianças estão tendo. E todos nós aqui temos compromisso com isso. Todos nós vamos trabalhar 24 horas por dia para conseguirmos o nosso objetivo.

Eu quero que vocês saibam, meus amigos, que eu serei o eterno vigilante para que a gente possa cumprir cada coisa que a gente prometeu durante o processo de campanha. Cada ministro vai ter o tempo de apresentar o seu plano de metas. Nós vamos trabalhar cobrando resultados. De tempos em tempos nós vamos nos reunir e ver o que cada um está fazendo, o que não está fazendo e por que não está fazendo. **Nós vamos dar conta do recado.** (Luiz Inácio Lula da Silva, reunião com seu futuro ministério, 28/12/2002)

Na sd acima, o sujeito do DL fala em nome do grupo que representa: “o povo **não quer** saber se”; “o povo **quer** saber que”. Nesta seqüência vemos funcionar a estrutura característica do DL: as recorrentes analogias entre o político e o popular (“escolher o governo é como escolher uma seleção”) atuando no entremeio de duas línguas, uma técnica e a do povo (“eu serei o eterno vigilante”); e a construção de um saber específico necessário ao sujeito inscrito no lugar social de presidente a partir da experiência pessoal de vida do presidente (“Eu estou com 57 anos de idade. Há muito anos eu não conheço um momento histórico no Brasil”).

Como vimos, o modo de dizer do DL funciona no entremeio de duas línguas: uma técnica, jurídica, a língua política; e a outra, que funciona como língua do povo. Vimos que a instância legitimadora deste discurso é o próprio grupo do qual o sujeito do DL se destaca para representar, o povo. Dessa maneira, este discurso se constitui predominantemente por processos metonímicos de representação do povo. A formação discursiva que funciona como matriz de sentido para esse discurso chamamos, devido a operação de intermediação entre duas enunciações distintas, de técnico-popular.

Ao colocar em circulação o DFH e o DL, a grande mídia constrói uma expectativa em relação a um modo de dizer que seria adequado para o lugar social de presidente e que legitimaria, portanto, a inscrição dos sujeitos neste lugar.

sd 51 - DEPOIS DE OITO ANOS habituado a um **presidente-sociólogo**, cioso de seu lugar no sistema intelectual e empenhado em acomodar seu reinado numa sala VIP da história, o Brasil experimentou, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, **um verdadeiro choque discursivo**. De um mandatário que parecia se pronunciar de um púlpito, sempre com um olho voltado para um imaginário anfiteatro da USP, passou-se a um líder cujas palavras saem diretamente do palanque para atingir os corações de uma assembléia.

Se na era tucana procurava-se aplicar um **verniz iluminista** á realidade, traduzida do alto da sociologia como um “processo”, no primeiro mandato de Lula uma espécie de “**pensamento selvagem**”, **intuitivo e sentimental**, lastreado no concreto, veio ocupar a cena. (Folha de S. Paulo, caderno Brasil, “Almanaque Lula”, 31/12/2006)

O discurso jornalístico que coloca em circulação os discursos políticos presidenciais, configuram estes discursos através das oposições: formação acadêmica/instinto; cultura letrada (escrita)/ tradição oral; instituição/ apoio e saber popular. Estabelecendo as primeiras como adequadas ao lugar social de presidente, desqualificando, por contraposição, o DL.

A expectativa de uma língua política ideal faz com que a enunciação política provoque um engessamento das formas-sujeito para o lugar de presidente. Passa a ser não só uma questão de legitimidade institucional ou adequação ao funcionamento discursivo do discurso político presidencial, mas de uma **determinação** de uma configuração discursiva que interpreta o lugar social de presidente de maneira a produzir a língua política ideal. Em outras palavras, trata de determinar a configuração da FD que **pode** interpretar este lugar adequadamente. E isto é feito pela mídia, ao colocar em circulação os discursos presidenciais. Pela análise dos discursos políticos presidenciais pudemos ver que os diferentes discursos configuram diferentes língua políticas a partir das quais os discursos são autorizados.

Através da análise dos discursos políticos presidenciais não podemos observar a construção de uma imagem de língua política ideal, mas de línguas políticas distintas. É na relação destes discursos com a mídia ao colocá-los em circulação que esta imagem de língua política ideal vai ser construída, configurando uma FD determinada que legitimaria o discurso político presidencial. De acordo com as nossas análises, podemos dizer que a configuração desta FD envolve um modo de dizer científico-acadêmico que se distancia do modo de falar do povo (da língua do povo), sem trazer desta qualquer influência, e pressupõe uma discursividade regida pelos padrões da norma culta. Ancorando-se num saber específico determinado pelas formas-sujeito que preenchem os lugares sociais de onde são enunciados os discursos científicos.

Ao determinar a enunciação política presidencial ideal a partir de um modo de

dizer científico-acadêmico, constitui uma imagem de presidente com formação superior. A capacidade de reger o social e a legitimidade política é conferida não a partir da representatividade do povo, mas pelas instâncias sociais que determinam o “nível social” daquele sujeito. Não sendo legítimo um “operário” ser presidente porque ele não detém o saber específico necessário à inscrição no lugar social de presidente.

Dessa forma, a equação que os revolucionários franceses procuraram imputar à legitimidade própria do funcionamento discursivo político: língua política = língua do povo, não é válida para o discurso político presidencial brasileiro contemporâneo no que diz respeito, ao menos, ao lugar social de presidente. O que confere legitimidade ao discurso político presidencial é justamente a distância entre estas duas formas de enunciação, a política e a do povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes. **A estilística no discurso da gramática**. Campinas/SP: Pontes, São Paulo/SP: Fapesp, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1998.

ALTHUSSER, L. [1985] **Aparelhos ideológicos do Estado** (Introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal, 2003.

BENVENISTE, Émile. [1966]. **Problemas de lingüística geral I**. 4ª ed. Campinas/SP: Pontes, 1995.

_____ [1974] **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BOURDIEU, Pierre. [1989]. **O poder simbólico**. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand, 2003.

CAZARIN, Ercília. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula**. Ijuí, RS: Ed. Unijui, 2005

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo, SP: Ed. Moderna, 1981

COVRE, André. **Quimeras discursivas do presidente Lula: ambivalência em gêneros discursivos**. Dissertação, UNICAMP, 2007

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfozes do discurso político: derivas da fala pública**. Organização de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2006

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIORIN, José Luís. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1988

FUCHS, Catherine. **Paraphrase et enonciation**. Paris: Ophrys, 1994

GUILHAUMOU, Jacques. **La langue politique et la Revolution Française. De l'événement à la raison linguistique**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

HARRIS, Zellig S. Discourse Analysis, em **Langages** 28, 1952, p.1-30.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

LE BART, C. **Le discours politique**. Paris: PUF, 1998. (Collection *Que sais-je?*)

LIMA, M. E. A. T. **A Construção Discursiva do Povo Brasileiro: os discursos de 1.º de Maio de Getúlio Vargas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOPES, Gustavo Magalhães. **De pés-de-parede a festivais**: um estudo de caso sobre o repente nordestino na Grande São Paulo. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/ SP, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. [1987]. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3ª edição, 1997.

MALDIDIER, Denise. [1990] **A inquietação do discurso**. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A fala de muitos gumes. Em ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. 4ª ed. Campinas, Pontes, 2003

_____ **Análise do Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 4ª.ed. 2002a

_____ **As Formas do Silêncio**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 5ª. ed. 2002b.

OSAKABE, Haqira. [1979]. **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAYER, Maria Onice. Linguagem e sociedade contemporânea. Sujeito, Mídia, Mercado. **Rua**, Campinas, n. 11, p. 9-25, mar. 2005.

PÊCHEUX, Michel. [1969] Análise automática do Discurso. Em GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

_____ [1982]. Delimitações, inversões e deslocamentos. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas: UNICAMP, 1990.

_____ Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. [1975] A Propósito de Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. Em GADET, F. & HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Pêcheux. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 3ª. Ed, 1997a, p. 163-252.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, SP, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand. [1916]. **Curso de Lingüística Geral**. 22ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

VÉRON, Eliseo. La palabra adversativa: observaciones sobre la enunciación política. Em **El discurso político**: lenguajes y acontecimientos. Buenos Aires: Hachette. 1987.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. **Cidadãos Modernos. Discurso e representação**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

BIBLIOGRAFIA

- BALLY, Charles. **Linguistique général et linguistique française**. Berna: Francke, 1932.
- BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de presidente – Discurso de posse de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE Editora, 2004
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Palavra do Presidente**. Brasília, D.F.: Presidência da República, 2002.
- DUBOIS, Jean. Enoncé et énonciation em **Langages 13**. Paris: Didier/ Larousse, 1969, p. 100-110.
- FOUCAULT, Michel. [1970]. **A ordem do discurso**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e Formas de indeterminação. In ORLANDI, E (org.). **Vozes e Contrastes**. São Paulo, SP: Cortez. 1989
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes. 2002
- NORONHA, Raquel. Discurso-Lula e a construção de uma imagem de língua política ideal. Em _____ **Seminário de Pesquisas da Graduação**: 12 e 13 de abril de 2005. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. [1983]. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2002.
- PIOVEZANI, Carlos. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-

modernidade. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.

PIOVEZANI, Carlos. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas. Em NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do Texto e do Discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 243-257.

ROBIN, Régine. **Linguística Histórica**. São Paulo: Cultrix, 1978.

SIQUEIRA, Raquel Noronha. Discurso do presidente e discurso-Lula: a não coincidência do “mesmo” lugar. Em _____ **Seminário de Pesquisas em Graduação**. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2004.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. É o nome que faz a fronteira. Em **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Org: Indursky, Freda & Ferreira, Maria Cristina Leandro. Mauá: Editora Sagra Luzzatto, 1999.